

RA - RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016



Razão Social	COMPANHIA DE HABITACAO POPULAR DE BAURU
Sigla	COHAB-BAURU
Endereço	Av. das Nações Unidas, 30-31
Telefone	(14) 3235-9207 - Fax (14) 3235-9224
E-mail	gfc@cohabbauru.com.br
Cidade	BAURU (SP)
CNPJ (MF)	45.010.071/0001-03
Lei de Criação da Instituição	Lei Municipal n. 1.222/66 de 01.04.1966
Ato de Aprovação do Estatuto atual	Registro n. 335.162 de 29.09.1966
Período de Mandato da Diretoria	20/12/2016 a 19/12/2019
Início do 1o. Mandato	3 de janeiro de 2005
Área Geográfica de atuação	Estado de São Paulo
Nome do Representante Legal	EDISON BASTOS GASPARINI JUNIOR
Periodicidade do relatório	Anual

CARTA DA DIRETORIA

Esta publicação apresenta o desempenho da COHAB BAURU referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Os resultados financeiros são informados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e auditados pela Maciel Auditores S/S.

O relatório dedica-se, ainda, à exposição de nossa estratégia e modelo de gestão, incluindo as práticas de controles internos, e tem o principal objetivo de apresentar aos acionistas, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos órgãos de Controle Externo, fornecedores e clientes e à população em geral, as informações econômico-financeiras e o fruto das atividades operacionais desenvolvidas pela atual gestão no decorrer do Exercício de 2016.

Desde o início da nossa primeira gestão em 03/01/2005, centramos nossos esforços na busca incessante pela otimização das receitas, redução e contenção de custos, na realização de todos os ativos passíveis de comercialização aplicando de forma organizada e racional os recursos arrecadados na quitação dos empréstimos contraídos anteriormente com o BNH – Banco Nacional da Habitação e posteriormente com a CAIXA, oriundos de recursos tomados por aquelas instituições junto ao Conselho Curador do FGTS, bem como dos demais compromissos em cumprimento dos gastos operacionais.

Ao mesmo tempo iniciamos estudos e encetamos ações e decisões visando a contínua reorganização dos setores operacionais, buscando a melhoria dos processos, adequando e aperfeiçoando o Sistema de Controle Interno, em prol de oferecer o melhor serviço para a população por nós assistida e assegurar a continuidade da companhia dentro de melhores práticas de gestão e controle do dinheiro público, modernizando o parque de computadores e periféricos, bem como adotando a utilização de novos softwares que vieram permitir o aperfeiçoamento da gestão operacional e financeira.

A posição atual retratada nas Demonstrações Contábeis ora apresentada configura o quadro legal, econômico e financeiro que foi sendo formado ao longo dos anos, quando da implantação dos empreendimentos imobiliários destinados ao cumprimento dos objetivos sociais, atendendo a demanda de

unidades habitacionais de baixa renda, mercê de atitudes que foram tomadas, nelas inseridas a falta de ação, bem como das mudanças estruturais de direcionamento imprimidos pelo Governo Federal no atendimento das necessidades das faixas menos favorecidas da população no âmbito do Plano Nacional da Habitação.

De forma concreta, no exercício em apreço, continuamos empenhados em agir e resolver os problemas principalmente na recuperação financeira e econômica (com maior ênfase a partir de 2008) realizando ações e negociações em prol do:

- A) **Reparcelamento dos saldos devedores** (vencidos e vincendos, correspondente a empréstimos firmados com o BNH e ou CAIXA).
- B) **Renovação total do CADMUT – Cadastro de Mutuários**, dentro dos novos normativos da CAIXA, providência esta que veio permitir a realização das ações de revisão em relação ao Seguro Habitacional e ao FCVS.
- C) **Reparcelamento do Seguro Habitacional** antecedido e cumulado com a conciliação efetiva dos valores devidos e os valores cobrados e pagos das faturas de seguro.
- D) **Revisão das Negativas de Cobertura do FCVS** para a recuperação dos créditos (através de depuração documental e legal).

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da COHAB teve sua realização dentro do prazo legal, em cumprimento a lei das sociedades anônimas, a qual estabelece que a Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e ainda, eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso.

Os documentos da administração a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, de forma antecipada, foram disponibilizados aos acionistas no cumprimento da lei, exceto o parecer dos auditores independentes, no qual restou pendente, considerando que a empresa contratada para realização da auditoria independente, não disponibilizou o referido relatório para publicação até 5 (cinco) dias, pelo menos, antes da data marcada para realização da Assembléia Geral (artigo 133, §3º).

Mesmo com essa pendência levantada, a COHAB optou por cumprir com seu dever legal, por meio da publicação dos documentos disponíveis, ou seja, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e Demonstrativos Societários, e dar continuidade na realização da Assembléia Ordinária, ao invés de adiá-la, e ainda, através de sua Diretoria, sugeriu que a deliberação sobre as contas de 2016, fosse deixada para ser feita posteriormente a entrega do relatório da auditoria independente.

Com a manifestação dos Conselheiros de estarem satisfeitos com as explicações realizadas na referida Assembléia, seguindo a sugestão da Diretoria da COHAB e valendo-se da faculdade do § 2º do artigo 134 da Lei 6.404/76, deliberaram pelo adiamento do julgamento das contas de 2016, até a conclusão do relatório da auditoria independente.

Com a conclusão do parecer dos auditores independentes somente após a Assembléia de 28/04/2017, a empresa de auditoria contratada enviou o referido relatório pela primeira vez, de forma digital através de e-mail em 17/06/2017, recepcionado pela COHAB em 19/06/2017, e pela segunda vez de forma impressa (papel), através dos Correios com postagem em 12/07/2017, recepcionado pela COHAB em 14/07/2017.

A COHAB publicará no dia 22/08/17, os relatórios que encontravam-se pendentes, bem como a convocação dos acionistas para a realização de nova Assembléia, que dar-se-á no dia 29/08/17 às 17h:00, em sua sede, objetivando o encerramento da Assembléia de 28/04/2017, na qual encontra-se “suspensa” devido aos fatos aqui expostos, e para por fim ao julgamento das contas do exercício de 2016.

Enfim, pautamos nossa gestão na manutenção do firme propósito de agir sempre de forma responsável, produtiva e criteriosa, em obediência aos preceitos constitucionais de uma administração pública norteadas na transparência, na eficácia, eficiência, economicidade e principalmente na efetividade de ações visando resultados positivos!

Assim apresentamos nas páginas a seguir o fruto do nosso trabalho.

Edison Bastos Gasparini Junior

Diretor Presidente - Diretor Técnico Habitacional

Paulo Sérgio Gobbi

Diretor Administrativo/Financeiro

Sumário

RA - RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1
CARTA DA DIRETORIA.....	2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – 18/04/17	8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – 17/08/17	9
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	10
CONSELHO FISCAL	10
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	11
FINANCEIRO.....	11
CONTÁBIL	12
PRINCIPAIS DESTAQUES EM 2016	13
Administrativas.....	13
Jurídicas:.....	13
Créditos com Acionistas / Débitos Com Acionistas.....	14
Seguros a Pagar	15
CEF – Acordos.....	16
Valores a Receber.....	16
Valores a Pagar.....	16
Situação Contratos com FCVS	16
Composição Patrimonial	17
Índices de ordem econômica e financeira	18
ESTRATÉGIA E GESTÃO - METAS E AÇÕES.....	19
Renegociação da Dívida do Seguro Habitacional (SH/SFH).....	19
Batimento Cadastral do Seguro Habitacional – SFH	20
Finalização Acordo Extrajudicial e Judicial – Constr. x Cohab x CEF	21
Renegociação de Empréstimos com Decurso de Prazo (CEF).....	21
HISTÓRICO CONCEITUAL E LEGAL – INFLUÊNCIAS DOS ASPECTOS EXTERNOS NAS ATIVIDADES SOCIAIS E NO RESULTADO OPERACIONAL.....	22
Introdução.....	22
Remissivo histórico legislativo e operacional.....	23
LEI Nº. 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964	23
LEI Nº. 4.380 - Da Coordenação dos Órgãos Públicos e da Iniciativa Privada.....	23
Lei nº 4.595 de 31.12.1964 – Institui o Sistema Financeiro Nacional	25

RC Nº 63/66 - RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	26
RD Nº 42/66 - RESOLUÇÃO DA DIRETORIA - Aprova instruções para as COHABs.	26
Lei nº. 4.380 - Da Correção Monetária dos Contratos Imobiliários	27
Decreto Lei nº 2.291 de 21.11.1986.....	27
Efeitos Operacionais.....	28
Descompasso das Receitas.....	28
Utilização Créditos FCVS no Acordo Cohab x CEF – 2003	29
Contratos em fase de decurso de prazo	30
Reparcelamento dos saldos devedores, vencidos e vincendos	31
Estimativa de Retorno – Execução Judicial	32
Agravamentos por força legislativa.....	32
Fundo de Compensação por Variações Salariais (FCVS)	33
Conclusões sobre as influências externas	35
Resumo dos Reflexos Legislativos	35
Conclusão dos fatores que influenciaram o operacional	36
Desequilíbrio Econômico e Financeiro do Sistema COHABs	37
MEDIDAS OPERACIONAIS IMPLANTADAS (INICIADAS EM 2005).....	38
Combate a inadimplência.....	38
Redução das despesas de custeio.	39
Cobrança das diferenças apuradas na depuração	40
Reversão das negativas de cobertura do FCVS	40
Batimento cadastral do seguro habitacional	41
Ações das Construtoras.....	41
SISTEMA DO CONTROLE INTERNO DA COHAB BAURU	42
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015	43
CONTEXTO OPERACIONAL (1).....	43
CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (2).....	44
RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS (3)	44
INFORMAÇÕES DE SUPORTE CONTÁBEIS (4).....	54
OUTRAS DIVULGAÇÕES (5).....	67
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	68
BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31/12/2016.....	69
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31/12/2016	71

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EM 31/12/2016	72
DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO EM 31/12/2016	73
DEMONSTRAÇÃO LUCROS / PREJUÍZO ACUMULADOS EM 31/12/2016	74
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	75
PARECER DO CONSELHO FISCAL	80
PARECER DO CONSELHO FISCAL - ATUALIZADO	81



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – 18/04/17

Ficam convocados os senhores Acionistas da **COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU-COHAB/BAURU** – CNPJ 45.010.071/0001-03, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará, na Avenida Nações Unidas nº 30-31, sede da empresa, Bauru / SP, no dia 28/04/17, às 17:00hs a fim de deliberar sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

Parte Ordinária – (a) Leitura da prestação de contas e relatório da Diretoria; (b) Leitura, discussão e votação do Balanço e demais demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e da auditoria independente; (c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal.

Parte Extraordinária – (a) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6404/76 (consolidada com a Lei 11.638 e Lei 11.941/09).

Bauru, 18 de abril 2017.

Artur Guedes Neto

Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – 17/08/17

Ficam convocados os senhores Acionistas da **COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU-COHAB/BAURU** – CNPJ 45.010.071/0001-03, a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará, na Avenida Nações Unidas nº 30-31, sede da empresa, Bauru / SP, no dia **29/08/17, às 17:00hs.**, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

Parte Ordinária – (a) Leitura da prestação de contas e relatório da Diretoria; (b) Leitura, discussão e votação do Balanço e demais demonstrações financeiras, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes.

Parte Extraordinária – (a) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6404/76 (consolidada com as Leis 11.638 e 11.941/09).

Bauru, 17 de agosto 2017.

Artur Guedes Neto

Presidente do Conselho de Administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Artur Guedes Neto

Conselheiros:

José Antônio de Queiroz

José Roberto Serra

Claudionor Alves de Souza

Orlando Burgo

CONSELHO FISCAL

Presidente: Gilberto Aparecido Paisan

Conselheiros:

Arthur Luziano Correa de Barros

Eduardo Abrantes Valerio

O Conselho de Administração foi eleito em Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 03 (Três) anos (20/12/16 a 19/12/19), conforme determinação do Artigo 10, § Primeiro, do Estatuto Social da Companhia de Habitação Popular de Bauru, ficando permitida a reeleição de seus membros.

Conforme Artigo 14 do Estatuto Social compete ao Presidente do Conselho de Administração: a) convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; b) convocar as Assembleias Gerais nos termos da Lei; c) cumprir e fazer cumprir os demais deveres de competência do Conselho de Administração fixados em Lei e no Estatuto; d) transmitir à Diretoria as decisões do Conselho e colocá-las em execução.

Em conformidade com o Artigo 25 do Estatuto Social, a Assembleia Geral é o órgão soberano da sociedade e reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

De acordo com o Artigo 124, § Primeiro, da Lei 6.404/76 de 15/12/1976 (consolidada com a Lei 11.638 e Lei 11.941/08), o Edital de Convocação, foi publicado nos Jornais “Diário Oficial Estado”, com sede na cidade de São Paulo, e no “Jornal da Cidade de Bauru”, com sede nesta cidade, nos dias 19, 20, 21/04/2017 e 22,23 e 24/08/2017.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro da COHAB e as principais ações que contribuem para o resultado de cada exercício estão consolidados e divulgados à sociedade por meio do presente Relatório da Administração onde inserimos as Demonstrações Contábeis publicadas no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação na região de Bauru (SP) nos termos estabelecidos pela legislação específica:

FINANCEIRO

FLUXO DE CAIXA

Saldo Cx.Inicial	1.356.823,31	2.860.745,56	2.476.652,44	366.114,35	970.756,45	1.896.751,63	2.054.182,73
ENTRADAS - PERÍODO							
Mês	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
jan	3.114.616,00	2.837.120,94	3.052.449,35	3.208.865,84	2.879.957,56	2.417.019,19	2.162.758,87
fev	3.135.888,68	2.897.756,30	2.606.414,31	2.715.798,31	2.690.512,75	2.348.370,39	2.248.376,48
mar	3.329.756,37	2.928.509,53	3.574.141,06	2.881.344,87	2.840.274,31	2.645.059,80	2.434.022,73
abr	3.361.148,80	2.987.357,84	3.241.954,85	3.102.487,56	2.637.873,95	2.458.884,54	2.262.455,95
mai	3.152.679,55	3.291.030,16	3.545.675,18	3.032.643,90	2.997.909,14	2.411.128,15	2.422.381,38
jun	3.213.831,22	3.352.131,94	2.636.582,25	3.142.216,31	2.930.265,02	2.705.882,96	2.400.763,19
jul	3.069.056,71	5.097.164,60	4.458.079,02	3.312.194,36	2.722.569,31	2.956.392,30	2.484.544,71
ago	3.820.904,98	3.230.606,29	3.268.370,06	3.313.415,56	2.571.076,16	2.428.065,60	2.734.461,81
set	3.046.920,49	3.338.557,07	3.020.922,60	3.019.558,44	2.475.806,88	3.032.518,46	2.343.873,63
out	3.202.347,83	3.111.918,27	6.400.404,86	3.653.381,72	2.828.936,19	2.388.560,23	2.256.630,12
nov	3.200.595,61	3.046.323,58	3.076.514,95	2.999.738,71	2.439.020,06	2.248.300,60	2.166.086,38
dez	3.325.912,69	2.896.088,77	2.894.375,79	2.870.122,91	2.631.661,26	2.766.635,13	2.556.728,86
Total	38.973.658,93	39.014.565,29	41.775.884,28	37.251.768,49	32.645.862,59	30.806.817,35	28.473.084,11
Média	3.247.804,91	3.251.213,77	3.481.323,69	3.104.314,04	2.720.488,55	2.567.234,78	2.372.757,01
CUSTEIO - PERÍODO							
Mês	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
jan	2.977.188,16	2.527.242,99	3.332.027,96	3.283.230,28	3.329.995,62	3.433.898,45	2.518.501,22
fev	3.064.286,67	3.115.036,10	3.625.229,92	2.847.884,10	2.400.433,32	1.950.670,66	2.796.761,37
mar	3.681.299,87	2.866.434,26	3.475.206,43	2.933.746,75	1.874.590,88	2.112.874,72	2.859.144,12
abr	3.232.695,26	3.166.738,12	3.844.581,84	2.817.745,19	2.596.213,36	2.526.072,17	2.897.013,51
mai	3.114.340,38	3.226.185,79	3.848.827,08	2.761.443,47	3.212.187,31	2.705.733,14	2.296.476,71
jun	3.385.292,21	3.149.533,93	2.789.354,27	3.104.446,34	3.713.462,52	2.341.888,00	2.468.746,83
jul	2.676.703,76	2.905.894,59	4.562.786,00	2.107.943,45	2.848.541,19	3.082.454,47	2.278.100,12
ago	3.244.582,43	4.409.200,38	3.201.915,71	4.489.778,34	2.249.649,22	2.592.540,85	2.938.117,85
set	2.791.116,41	3.181.374,77	2.788.238,44	2.883.806,00	1.721.716,10	2.274.834,82	2.357.613,20
out	3.159.575,16	3.058.007,50	6.226.827,17	2.895.888,36	2.793.002,90	2.481.312,52	2.230.655,24
nov	2.873.911,10	4.050.538,38	3.337.899,67	3.670.133,00	2.171.508,05	2.469.375,52	2.164.780,19
dez	3.268.744,27	3.742.472,60	2.853.527,88	2.851.081,11	2.808.566,94	2.677.730,93	2.426.695,03
Total	37.469.735,68	39.398.659,41	43.886.422,37	36.647.126,39	31.719.867,41	30.649.386,25	30.232.605,39
Média	3.122.477,97	3.283.221,62	3.657.201,86	3.053.927,20	2.643.322,28	2.554.115,52	2.519.383,78
Saldo Cx.Final	2.860.746,56	2.476.652,44	366.114,35	970.756,45	1.896.751,63	2.054.182,73	294.661,45

QUADRO I - DIREITOS			
Posição.....	Info Contábil.....	EM 31/12/16	EM 31/12/15
Adiantamentos Diversos		8.493.066,58	11.417.352,27
Seguro Empreiteiros		8.064,72	7.905,18
Prestações a Receber		1.993.960,94	2.058.905,79
Negociações a Receber		25.533.073,27	28.758.154,94
Prestações Vencidas		142.471.894,67	159.058.648,23
Prestações a Receber - Inadimplência		0,00	-25.034.766,38
Devedores Compr.(Conj.Hab.)		124.154.995,18	117.208.578,20
Fgts a Receber		20.361,31	27.326,66
Indeniz.Seguros a Receber		76.828.774,78	71.590.552,80
Bens Imóveis Disp.p/Comerc..		5.948.111,09	8.750.289,94
Fcvs a Receber		525.506.789,74	497.377.185,48
Créditos C/Acionistas (Prefeitura)		436.036,71	427.390,67
Contratos firmados pela Cohab/Bauru		7.610.784,24	7.639.243,48
Ações de Regresso - Ind.Perdas/Danos		1.248.730,74	1.241.505,90
Lotes/Terrenos a Comercializar		96.143.390,00	33.131,10
Investimentos/Imobilizado/Intangível		9.936.948,40	9.217.294,60
Total		1.026.334.982,37	889.778.698,86
Impostos a Recuperar		283.216,39	582.991,38
Outros Realizáveis - Longo Prazo		383.080,61	364.915,37
Outros Realizáveis - Curto Prazo		1.587.837,10	1.562.658,62
Total		2.254.134,10	2.510.565,37
Posição..	Info Atual - Controle Interno..	EM 31/12/16	EM 31/12/15
Caixa/Bancos		82.151,31	99.286,82
Depósitos Vinculados/Disp.Trânsito		1.899.618,90	3.539.507,87
Total		1.981.770,21	3.638.794,69
Total do Ativo.....		1.030.570.886,68	895.928.058,92

QUADRO II - OBRIGAÇÕES			
Posição.....	Info Contábil.....	EM 31/12/16	EM 31/12/15
Fornecedores		368.282,75	324.409,45
Impostos a Recolher		3.031.053,61	728.390,58
Receb.p/Amortiz.Dívidas/p/Cta.Sin.L.Antec.		226.413,72	114.304,78
Parcelamento/Prov.p/IR e CS Diferidos		24.848.752,79	233.244,25
Outros Exigíveis		15.242.683,58	11.621.028,76
Prêmios de Seguros		117.378.125,41	112.810.387,16
Fcvs a Recolher		20.526.737,31	20.120.700,28
Adiantamento TOC - Taxa de Ocupação		352.043,02	187.429,26
Prov.Ações Jud./Recl.Trabalhistas		20.158.329,01	19.106.502,57
Cauções e Retenções Contratuais		2.248.397,66	2.074.803,76
Receitas Diferidas		1.737.811,17	1.646.895,10
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		-111.218.559,95	-166.839.241,73
Total		94.900.070,08	2.128.854,22
Posição..	Info Atual - Controle Interno.....	EM 31/12/16	EM 31/12/15
Obrig.relative a empregados		760.132,80	1.417.609,19
Débitos C/Acionistas (Prefeitura Bauru)		6.960.248,46	7.103.205,18
CEF - Fase Retorno a Vencer		919.000.897,83	877.058.201,98
CEF - Desembolso bônus		8.949.537,51	8.220.188,35
Total		935.670.816,60	893.799.204,70
Total do Passivo.....		1.030.570.886,68	895.928.058,92

PRINCIPAIS DESTAQUES EM 2016

Existem diversos fatores operacionais em análise, portanto qualquer mudança no ambiente econômico de uma Companhia somente produzirá efeitos ao longo de períodos futuros.

CONJUNTOS HABITACIONAIS - SALDO A RECEBER		
A Receber	EM 31/12/16	EM 31/12/15
Devedores Compr.(Conj.Hab.)	124.154.995,18	117.208.578,20
Prestações a Receber	1.993.960,94	2.058.905,79
Prestações Vencidas	142.471.894,67	159.058.648,23
(*) Negociações a Receber	25.533.073,27	28.758.154,94
Bens Imóveis Disp.p/Comerc.	5.948.111,09	8.750.289,94
Fgts a Receber	20.361,31	27.326,66
Indeniz.Seguros a Receber	76.828.774,78	71.590.552,80
TOTAL	376.951.171,24	387.452.456,56
A Pagar	EM 31/12/16	EM 31/12/15
CEF - Fase Retorno a Vencer	55.414.616,53	52.368.318,66
CEF - Retorno Pend.Negociação	606.171.317,77	516.983.268,97
CEF - Desembolso bônus	8.949.537,51	8.220.188,35
TOTAL	670.535.471,81	577.571.775,98
CRÉDITO ESTIMADO	-293.584.300,57	-190.119.319,42

(*) Negociações a serem recebidas após o termino do financiamento contratual do mutuário que realizou o acordo de parcelamento de prestações em atraso.

A Companhia continua aplicando medidas com o objetivo de recuperar e regularizar a situação dos mutuários inadimplentes.

Dentre estas medidas podemos destacar:

Administrativas

Depuração dos Saldos ativos; Revisão dos saldos inativos; Sistematização da cobrança - emissão automática de cartas de cobrança, débito automático em bancos; Renegociação de vários empréstimos de financiamentos junto à Caixa Econômica Federal face ao término de prazo contratual; Negociações realizadas c/mutuários inadimplentes.

Jurídicas:

Estatísticas operacionais:

JURÍDICO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Notificação extrajudiciais emitidas	4.039	2.847	2.441	1.998	1.459	1.306	1.336
Notificação extrajudiciais cumpridas	3.319	2.458	1.591	1.558	1.182	1.129	1.193
Ações Notificação judicial distribuídas	66	10	23	14	5	6	15
Ações Rescisão distribuídas	665	760	496	784	229	167	127
Processos com Sentença e Trânsito em Julgado	184	193	283	141	230	193	178
Acordos Judiciais	220	200	130	144	194	138	99
TOTAL	8.493	6.468	4.964	4.639	3.299	2.939	2.948

IMÓVEIS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Retomados	161	208	264	241	254	298	198
Recomercializados	149	206	223	227	194	362	212
A Recomendizar	176	178	219	220	266	156	109

Créditos com Acionistas / Débitos Com Acionistas

Créditos - Trata-se de valores de transações da Cohab Bauru envolvendo a sua principal acionista, Prefeitura Municipal de Bauru, e correspondente a despesas de obras, projetos etc. conforme demonstrado.

Débitos - Trata-se de valores de transações da Cohab Bauru envolvendo a sua principal acionista, Prefeitura Municipal de Bauru, representado substancialmente por valores de IPTU's (parcelamentos, lotes e imóveis).

CRÉDITO COM ACIONISTAS		
CRÉDITOS COM ACIONISTAS	EM 31/12/16	EM 31/12/15
Registro de Loteamento - Lotes Urbanizados	29.231,90	28.652,31
Conv.Pref.Bauru - Desfavelamento	259.235,91	254.095,49
Convênio 22/96 - Projeto Vila Olímpica	29.199,91	28.620,94
Conv.Pref.Bauru - Mutirão Leão XIII	102.915,26	100.874,58
PM.Bru. - Licitação/Carta Convite 07/98	15.453,73	15.147,35
TOTAL.....	436.036,71	427.390,67
DÉBITOS COM ACIONISTAS	EM 31/12/16	EM 31/12/15
Vale Compras	841.128,89	824.449,90
Combustível	145.455,97	142.571,74
IPTU - Imposto Predial e Territ.Urbano	5.629.920,77	5.799.256,84
Energização Bauru XXV	343.742,83	336.926,70
TOTAL.....	6.960.248,46	7.103.205,18
CRÉDITO ESTIMADO.....	-6.524.211,75	-6.675.814,51

Seguros a Pagar

Trata-se de conta de valor devido às seguradoras Excelsior S.A / Caixa Administradora FCVS, relativo a prêmios de seguros, e que são faturados mensalmente para pagamento pela Companhia, tendo ou não o mutuário efetuado o pagamento da prestação.

a) A COHAB / BAURU não estava recolhendo mensalmente desde dezembro de 1997 até Abril de 2003 os valores relativos aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis dos mutuários, tendo promovido apenas o pagamento do parcelamento da dívida renegociada do período de julho de 1993 a julho de 1996;

b) De Maio de 2003 até Junho de 2007, foram recolhidos os valores das faturas das parcelas efetivamente recebidas dos mutuários de forma total ou parcial;

c) De Julho/2007 a Outubro/2010, não foram recolhidos os valores das faturas relativos aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis dos mutuários;

d) A partir de Novembro/2010, passou a recolher os valores integrais das faturas relativas aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis dos mutuários.

e) O saldo devedor + juros devidos estão passando por um processo de batimento/depuração, que consiste em suma na realização de trabalhos técnicos de revisão dos valores das pendências referentes a prêmios de seguro e de regularização dos dados cadastrais do Estipulante e da Seguradora, para conciliação efetiva dos valores devidos e os valores cobrados e pagos, portanto conforme tratativas em andamento junto ao TESOIRO NACIONAL E CEF e após a finalização deste trabalho de batimento será firmado acordo do seguro em questão.

SEGURO A PAGAR		
A Receber	EM 31/12/16	EM 31/12/15
Crédito da Novação	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00
A Pagar	EM 31/12/16	EM 31/12/15
Seguros - Prêmios Pendentes	117.378.125,41	112.810.387,16
Encargos s/atraso Seguros	0,00	0,00
TOTAL	117.378.125,41	112.810.387,16
VALOR A SER RENEGOCIADO	-117.378.125,41	-112.810.387,16

CEF – Acordos

CEF - ACORDOS		
A Receber	EM 31/12/16	EM 31/12/15
Fcvs a Receber (Novação)	525.506.789,74	497.377.185,48
TOTAL.....	525.506.789,74	497.377.185,48
A Pagar	EM 31/12/16	EM 31/12/15
Fcvs a Recolher - Trimestral / Mensal	20.526.737,31	20.120.700,28
CEF - Novados	393.865.133,36	391.452.600,78
TOTAL.....	414.391.870,67	411.573.301,06
CRÉDITO FCVS ESTIMADO.....	111.114.919,07	85.803.884,42

Valores a Receber

O FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais foi criado através Resolução nº 25, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação - BNH, em 16/06/67, e tem a finalidade de garantir o limite de prazo para amortização das dívidas dos financiamentos habitacionais, assumindo em nome do devedor (Mutuários) os descontos concedidos nas liquidações antecipadas e transferências de contratos de financiamento habitacional, e garantir o equilíbrio da Apólice de Seguro Habitacional, relativos aos contratos firmados com a CAIXA, datados até 23/04/93.

Valores a Pagar

Segundo o artigo 6º da Lei 10.150/2000, os créditos, correspondentes às dívidas novadas poderão ser utilizadas para liquidação de dívidas vincendas perante o FCVS ou à CEF, decorrentes de operações vinculadas a financiamentos habitacionais, efetuadas no âmbito do SFH.

Situação Contratos com FCVS

Total de Contratos Habilitados 36.468 = R\$ 539.372.974,07
 Contratos Validados..... 33.191 = R\$521.819.139,76
 Contratos Em Análise..... 586 = R\$ 3.687.649,98
 (-) Negativas de cobertura..... 2.691 = R\$ 13.866.184,33

O FCVS, criado em meados da década de 60, tem a finalidade de garantir a quitação dos saldos devedores dos financiamentos junto aos agentes financeiros na hipótese de existência de resíduo de saldo devedor após o término do prazo contratualmente ajustado.

Vale destacar que a previsão de atuação do referido fundo foi extinta por Lei em 1993. Assim sendo, os contratos celebrados após 1993 não mais contam com o benefício do FCVS.

Quando do término do prazo do financiamento dos contratos, transferências com a cobertura do fundo ou liquidações com desconto previstas pelo Roteiro de Análise do FCVS, os contratos são analisados e habilitados junto à administradora do FCVS - (Caixa Econômica Federal). Após o período requerido pela CEF, estes contratos recebem a situação de Homologados ou Negativa de Cobertura.

Homologados – O contrato será analisado para discussão ou aprovação dos valores apresentados entre CEF x AGENTE. Existindo a aprovação, os contratos entram na fase de contratos validados.

Negativa de Cobertura – O contrato será analisado em relação a problemas de esfera documental, e que se passíveis de recursos, serão revertidos na situação de homologados dentro das regras do FCVS, para posterior validação.

Composição Patrimonial

Exercício	ATIVO				PASSIVO			
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Realiz.	Longo Prazo	Investimentos		Imobilizado	Exig.	
1999	46.764.640,12	585.888.754,85	4.875,69	939.782,72	32.495.901,17	559.741.039,44	42.028.880,43	-667.767,66
2000	55.249.892,77	579.924.693,05	4.875,69	937.986,77	37.669.094,58	562.305.983,24	43.598.510,81	-7.456.140,35
2001	58.104.134,07	580.502.244,37	4.875,69	1.127.360,61	51.926.350,72	561.230.772,43	46.854.943,74	-20.273.452,15
2002	63.890.171,16	581.752.875,70	4.875,69	1.110.153,01	72.403.713,52	564.159.183,70	47.276.891,56	-37.081.713,22
2003	66.662.837,73	593.255.185,93	4.875,69	1.037.932,44	52.734.450,79	612.895.070,94	39.698.789,48	-44.367.479,42
2004	84.042.746,47	585.990.643,45	4.875,69	981.633,97	58.421.649,30	623.868.364,79	34.684.655,44	-45.954.769,95
2005	107.437.418,34	585.454.727,43	4.875,69	836.622,17	62.081.901,14	642.986.095,33	31.789.845,03	-43.124.197,87
2006	134.507.719,68	580.510.555,26	4.875,69	5.039.960,22	71.445.869,59	657.208.182,40	29.305.270,39	-37.896.211,53
2007	155.865.001,56	570.246.282,24	4.875,69	11.707.638,29	81.396.996,62	665.521.428,49	21.354.225,63	-30.448.852,96
2008	228.209.998,87	590.303.062,95	4.875,69	11.577.846,05	106.730.940,79	735.935.195,19	4.161.251,63	-16.731.604,25
2009	216.778.791,16	597.602.982,80	4.875,69	11.498.915,91	112.788.037,50	728.950.440,03	593.550,92	-16.446.462,89
2010	230.665.146,46	595.601.249,97	4.875,69	11.325.832,99	127.782.488,74	747.348.943,73	1.306.260,12	-38.840.587,48
2011	239.726.170,77	606.635.634,69	4.875,69	11.325.832,99	127.782.488,74	747.348.943,73	1.306.260,12	-38.840.587,48
2012	250.332.691,52	627.911.455,55	4.875,69	9.703.506,46	143.280.306,73	806.624.076,38	1.472.967,23	-63.424.821,12
2013	253.580.584,99	632.559.602,58	4.875,69	9.521.721,72	147.682.285,96	841.124.146,44	1.556.792,25	-94.706.439,67
2014	253.470.654,25	630.448.641,15	4.875,69	9.385.022,00	153.898.707,88	863.339.529,21	1.605.277,84	-125.534.321,84
2015	240.504.360,96	646.206.403,36	4.875,69	9.212.418,91	164.943.690,44	897.823.610,21	0,00	-166.839.241,73
2016	248.218.771,50	772.415.166,78	4.875,69	9.932.072,71	173.432.624,98	968.356.821,65	0,00	-111.218.559,95

Índices de ordem econômica e financeira

Ref.: PRINCIPAIS ÍNDICES ECONÔMICOS - FINANCEIROS

1) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

01/2015	1,63	01/2016	1,46
02/2015	1,63	02/2016	1,45
03/2015	1,61	03/2016	1,43
04/2015	1,59	04/2016	1,43
05/2015	1,57	05/2016	1,41
06/2015	1,55	06/2016	1,39
07/2015	1,55	07/2016	1,39
08/2015	1,53	08/2016	1,38
09/2015	1,51	09/2016	1,38
10/2015	1,48	10/2016	1,32
11/2015	1,47	11/2016	1,31
12/2015	1,46	12/2016	1,43

2) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

01/2015	0,86	01/2016	0,83
02/2015	0,86	02/2016	0,83
03/2015	0,86	03/2016	0,83
04/2015	0,86	04/2016	0,83
05/2015	0,85	05/2016	0,83
06/2015	0,86	06/2016	0,82
07/2015	0,86	07/2016	0,82
08/2015	0,85	08/2016	0,82
09/2015	0,85	09/2016	0,82
10/2015	0,84	10/2016	0,81
11/2015	0,82	11/2016	0,81
12/2015	0,83	12/2016	0,89

3) PORCENTAGEM DE ENDIVIDAMENTO

01/2015	94,56%	01/2016	98,00%
02/2015	94,86%	02/2016	98,21%
03/2015	95,21%	03/2016	98,39%
04/2015	95,48%	04/2016	98,51%
05/2015	95,83%	05/2016	98,69%
06/2015	94,86%	06/2016	98,95%
07/2015	95,25%	07/2016	99,06%
08/2015	95,76%	08/2016	99,25%
09/2015	96,18%	09/2016	99,36%
10/2015	96,71%	10/2016	100,33%
11/2015	99,09%	11/2016	100,49%
12/2015	97,89%	12/2016	89,17%

Obs.: Porcentagem de endividamento junto à Caixa Econômica Federal

ESTRATÉGIA E GESTÃO - METAS E AÇÕES

Renegociação da Dívida do Seguro Habitacional (SH/SFH)

A composição da dívida - De 12/1997 até 04/2003 não efetuou o recolhimento dos valores relativos aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis dos mutuários, tendo promovido apenas o pagamento do parcelamento da dívida renegociada do período de julho de 1993 a julho de 1996; De 05/2003 até 06/2007, efetuou o recolhimento dos valores das faturas das parcelas efetivamente recebidas dos mutuários de forma total ou parcial; De 07/2007 a 10/2010, não efetuou recolhimento dos valores das faturas relativos aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis dos mutuários; A partir de 11/2010, passou a recolher integralmente os valores das faturas relativas aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis dos mutuários.

O processo de renegociação - iniciou-se com a realização de trabalhos técnicos de revisão dos valores das pendências referentes a prêmios de seguro e de regularização dos dados cadastrais do Estipulante e da Seguradora (ambos em fase adiantada de implementação), para conciliação efetiva dos valores devidos e os valores cobrados e pagos.

A metodologia - basear-se-á nos parâmetros e condições que regem as Normas e Rotinas da Apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação e nos termos da Resolução do Conselho Curador do FCVS nº193/06, em fase de regulamentação na Caixa.

Através da correta quantificação da dívida relativa aos prêmios de seguro, poderemos (se devido) efetuar a renegociação e o parcelamento dos débitos do Estipulante perante o Seguro Habitacional do SFH.

Com a regularização do Seguro, a Companhia beneficiar-se-á principalmente da liberação dos Sinistros Represados e da liberação dos Lotes de Novação do FCVS, proporcionando a amortização destes valores nos Contratos de Empréstimos que estão em fase de retorno junto a CEF, e que começam a apresentar decurso de prazo (término do financiamento); e que por ainda apresentarem valores residuais estão sendo renegociados com prazos menores e taxas maiores junto à Caixa Econômica Federal.

Batimento Cadastral do Seguro Habitacional – SFH

Para formalização do acordo de parcelamento de débitos com SH-SFH seguimos a Medida Provisória nº. 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, regulamentada pela Resolução CCFCVS nº. 133/2002, com as alterações introduzidas pela Resolução CCFCVS nº. 193/2006.

Providências em Andamento: - Depuração dos contratos de financiamentos ativos conforme o roteiro de análise do FCVS;

- Busca junto à prestadora de serviços responsável pelo sistema de gerenciamento de crédito imobiliário, do desenvolvimento de novos programas auxiliares ao sistema que faça a importação dos dados dos contratos já habilitados na CEF;

- Levantamento do valor real do débito, em razão das divergências cadastrais entre a Cohab e a Seguradora:

- Apuração de todos os valores pagos de MIP comparando com os valores depurados, ou seja, que deveriam ser pagos;

- Análise da documentação, depuração de todos os contratos inativos e ativos, e convocação dos mutuários correspondentes para esclarecimentos e implantações no sistema.

Realização das correções e suas dependências:

- Somente após termos todos os contratos depurados e implantados no sistema (Bat. Cadastral) teremos condições de apurar o valor real do débito e aplicar as correções monetárias e capitalizações conforme Circular SUSEP nº. 111, de 03 de dezembro de 1999.

- Aguardar os resultados e os prazos legais para decisão final das ações judiciais que mutuários movem contra a Cohab e as ações judiciais que a Cohab move contra os mutuários;

- Aperfeiçoamento do sistema operacional para processamento dos dados obtidos e demonstração das diferenças pagas de prêmios de seguro habitacional em toda a evolução de cada contrato de financiamento, por mês e por ano em todo período que a dívida foi constituída.

Finalização Acordo Extrajudicial e Judicial – Constr. x Cohab x CEF

- A Companhia vem buscando e mediando através de contatos e negociações junto a CEF e Construtoras, alternativas para a superação do litígio de ações pleiteando o pagamento de diferenças de correção monetária sobre valores de faturas e retenções contratuais realizadas quando da construção de diversos Conjuntos Habitacionais.

Renegociação de Empréstimos com Decurso de Prazo (CEF)

Relativo a diversos Contratos de Empréstimo de Financiamento vinculados ao SFH, e que foram destinados à construção, comercialização e financiamento de conjuntos habitacionais através da utilização de recursos do FGTS;

Firmados pela Cohab/Bauru junto a CEF, mediante Instrumento de Compromisso de Compra e Venda, na qual a CAIXA comparece como interveniente anuente e credora hipotecária, e também, cessão fiduciária dos direitos decorrentes dos contratos de promessa de compra e venda das unidades construídas, com prazo de amortização e juros fixados contratualmente;

HISTÓRICO CONCEITUAL E LEGAL – INFLUÊNCIAS DOS ASPECTOS EXTERNOS NAS ATIVIDADES SOCIAIS E NO RESULTADO OPERACIONAL

Introdução

Os contratos de financiamento habitacional destinados a suprir a demanda de moradias populares para a população de baixa renda foram contraídos pela COHAB BAURU com prazo médio de 20 a 25 anos e começaram a findar o seu período de retorno - ou como é comumente conhecido no mercado habitacional - começaram a decursar, em maior quantidade a partir de 2013 sendo que em 2014 ocorreram as maiores quantidades, causando maior impacto na vida financeira e econômica da Companhia.

Devido às sequentes e sistemáticas, particularidades e peculiaridades próprias das evoluções dos financiamentos, determinados e influenciados por efeitos governamentais de cunho legal, quanto o formato desenhado pelo Governo Federal no Plano de Retorno dos mutuários em relação ao crédito a eles concedido – explorações históricas e legislativas expostas neste capítulo - bem como efeitos do próprio mercado dos mutuários, de uma forma geral, os contratos geraram saldos devedores residuais - no seu término de prazos originais – onde tais saldos devedores (dos mutuários), seguindo a legalidade do Sistema Habitacional de baixa renda, se tornaram imediatamente exigíveis (pagamento da COHAB BAURU à CAIXA) e provocaram o estrangulamento das operações financeiras da companhia, pela redução do seu fluxo de caixa e da sua lucratividade.

Considerando tais motivos (advindos de efeitos legais externos) decidimos inserir na presente prestação de contas da gestão, um breve histórico abrangendo todos os motivos – influências - que vieram provocar o “status quo” contemporâneo, que nada mais é o resultante de operações e decisões, principalmente governamentais dos exercícios anteriores, as quais, de forma acumulada e na mesma temporalidade vieram impor a realidade do momento.

Influências que acometeram a COHAB BAURU na qualidade de AGENTE FINANCEIRO do SISTEMA NACIONAL DA HABITAÇÃO, em decorrência da tomada de recursos financeiros, repassados pelo antigo BNH, e modernamente pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que vieram criar riscos externos, sem controle das gestões, para as operações sociais.

Remissivo histórico legislativo e operacional

O Sistema Financeiro da Habitação foi criado pela Lei n.º 4.380/64, (marco fundamental na história da intervenção governamental brasileira no setor habitacional), emitida pelo Governo Federal, tendo como gestor o já extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), o qual foi substituído pela CAIXA, e ao mesmo tempo, instituiu (Governo Federal) as regras do Plano Nacional de Moradia Popular calcado na concessão de financiamentos para mutuários objetivando a compra ou construção de casa própria, com “plano de retorno” (devolução dos recursos à origem) baseado no pagamento de parcelas mensais e sucessivas compostas, principalmente, de valores relativos à amortização e encargos financeiros (além dos outros custos inerentes a aplicação do programa) seguindo regras próprias, fixadas em Lei e em Normativos governamentais, de atualização monetária do saldo aplicado (durante a fase de produção) e das parcelas e saldo devedor (durante a fase do retorno).

LEI Nº. 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

O objetivo do Governo Federal era o de facilitar a aquisição da moradia própria, dentro de uma política de governo de favorecer as classes de baixa renda, dentro do mandamento constitucional assegurado pela Carta Magna da Nação de que todos têm direito à habitação impondo então um SISTEMA HABITACIONAL de cunho NACIONAL, no qual a aquisição acontecesse na forma de preço de custo e cada mutuário adquirente fosse devolvendo, ao longo dos anos, uma importância que fosse capaz de gerar (produzir) outra moradia de igual qualidade, ocorrendo na temporalidade necessária de que os recursos acumulassem volume e qualidade financeira capaz de produzir empate entre a demanda e a oferta.

LEI Nº. 4.380 - Da Coordenação dos Órgãos Públicos e da Iniciativa Privada

Art. 1º O Governo Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento

da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.

Assim, inicialmente, o BNH, como entidade pertencente à UNIÃO, funcionou como órgão gestor do Sistema Financeiro da Habitação, desempenhando a missão de cumprir os objetivos da Política Habitacional da Nação, conjugando os verbos necessários à implementação das Políticas Governamentais, especificando, normatizando, orientando, disciplinando, controlando e fiscalizando todo o Sistema Nacional da Habitação; dentro do interesse da Nação Brasileira de extinguir o déficit habitacional, e financiar habitação a todas as camadas sociais, canalizando os recursos que a Lei Federal definiu como fontes de custeio supridoras para o sistema.

LEI N. 4.380 - Art. 2º O Governo Federal intervirá no setor habitacional por intermédio:

I - do Banco Nacional da Habitação;

II - do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo;

III - das Caixas Econômicas Federais, IPASE, das Caixas Militares, dos órgãos federais de desenvolvimento regional e das sociedades de economia mista.

Órgãos Componentes do Sistema

Art. 8º O sistema financeiro da habitação, destinado a facilitar e promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população, será integrado:

I - pelo Banco Nacional da Habitação;

II - pelos órgãos federais, estaduais e municipais, inclusive sociedades de economia mista em que haja participação majoritária do Poder Público, que operem, de acordo com o disposto nesta lei, no financiamento ... (Vetado) ... de habitações e obras conexas;

Art. 16. Fica criado, vinculado ao Ministério da Fazenda, o Banco Nacional da Habitação (BNH), que terá personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio próprio e autonomia administrativa, gozando de imunidade tributária.

§ 1º O Banco Nacional da Habitação poderá instalar agências em todo o território nacional, mas operará de preferência, usando como agentes e representantes as Caixas Econômicas Federais e Estaduais, os bancos oficiais e de economia mista e as demais entidades integrantes do sistema financeiro da habitação.

Lei nº 4.595 de 31.12.1964 – Institui o Sistema Financeiro Nacional

Art. 4º Compete privativamente ao Conselho Monetário Nacional:

§ 7º O Banco Nacional da Habitação é o principal instrumento de execução da política habitacional do governo Federal e integra o sistema financeiro nacional, juntamente com as sociedades de crédito imobiliário, sob orientação, autorização, coordenação e fiscalização do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central da República do Brasil, quanto à execução, nos termos desta lei, revogadas as disposições especiais em contrário.

Art. 5º As deliberações do Conselho Monetário Nacional entendem-se de responsabilidade de seu Presidente para os efeitos do art. 104, nº I, letra b da Constituição Federal e obrigam também os órgãos oficiais, inclusive autarquias e sociedades de economia mista, nas atividades que afetem o mercado financeiro e o de capitais.

Tradicionalmente as fontes de custeio foram definidas, pelo Governo Federal, pelos recursos angariados com as Cadernetas de Poupança e com os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e em regra geral, foram destes (FGTS) os que beneficiaram/supriram as carteiras que municiaram as COHABs e demais órgãos assemelhados do país.

Ao BNH, tendo sido constituído sob a forma de autarquia, era vetado operar diretamente com o financiamento, compra, venda ou construção de habitações, ficando então obrigado a utilizar-se agentes promotores e agentes financeiros para cumprir os ditames da Política Nacional da Habitação, qual seja do planejamento e da execução dos projetos habitacionais, bem como a comercialização das unidades; tudo isto ocorrendo sob os seus planejamentos, normativos, condições e orientações jurídicas, financeiras, e operacionais.

Dentro deste contexto de Política Governamental, foram criadas entidades, para funcionar como AGENTES FINANCEIROS, e dentre elas as COHABs (Resolução do Conselho n.º 63/66 do BNH), entidades do direito privado, com caráter público, vinculadas à administração federal, estadual ou municipal, para agirem apenas como prepostos do Governo Federal, na

qualidade de Agentes Financeiros e Promotores, no intuito de prestar os serviços que, legalmente, não poderiam ser realizados de forma direta pelo BNH.

RC Nº 63/66 - RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Regula as condições para registro e concessão de financiamentos das Companhias de Habitação (COHABs).

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO, em reunião de 14 de abril de 1966, e no uso das atribuições que lhe confere o art. 29, itens VII e IX, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964,

RESOLVE: baixar as seguintes instruções, que regularão a inscrição das Companhias de Habitação (COHABs) no BNH, para fins de integração no Sistema Financeiro de Habitação (art. 8º da Lei nº 4.380), e as condições gerais de financiamento àquelas entidades.

1. As COHABs se constituirão sob a forma de sociedades por ações, devendo o Poder Público deter, por si, ou por sociedade por ele controlada, no mínimo, 51% do capital acionário, e terão por finalidade promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população (até três salários mínimos de renda familiar mensal).

Em seguida, visando a regulamentação do assunto, qual seja o formato operacional das COHABs o BNH baixou uma diretiva iniciando a regulamentação:

RD Nº 42/66 - RESOLUÇÃO DA DIRETORIA - Aprova instruções para as COHABs.

CONSIDERANDO a autorização dada pelo Conselho de Administração deste Banco e CONSIDERANDO, principalmente, a necessidade imperiosa de disciplinar, dentro da mesma orientação, a atuação das COHABs,

A DIRETORIA DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO, em reunião de 2 de setembro de 1966 e no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964,

R E S O L V E:

1 Aprovar as instruções às COHABs que consubstanciam as diretrizes traçadas na Reunião de 8 de junho de 1966, dando lhes unidade de orientação quanto ao desenvolvimento de suas atividades e aplicação dos recursos do Banco Nacional da Habitação.

Comprova-se então, que tais entidades (dentre elas as COHABs), foram criadas com o fim especial de promover atividades sujeitas, permanente, à orientação, controle e fiscalização federal através do BNH, o qual regulamentou o sistema de atuação, as bases de contratação e financiamento, delimitando as regras operacionais e financeiras, dentre elas, as de contratação de obras, composição do custo, critérios de seleção e classificação da demanda (mutuários interessados e qualificados), o modelo de contrato de promessa de venda e compra, forma e valor da arrecadação das prestações dos promitentes compradores e as regras de retorno dos contratos de empréstimos.

As COHABs tornaram-se então, salvo melhor juízo, meras prepostas, com a obrigação de fazer em nome do Sistema Nacional da habitação criado pelo Governo Federal.

Lei nº. 4.380 - Da Correção Monetária dos Contratos Imobiliários

Art. 5º Observado o disposto na presente lei, os contratos de vendas ou construção de habitações para pagamento a prazo ou de empréstimos para aquisição ou construção de habitações poderão prever o reajustamento das prestações mensais de amortização e juros, com a consequente correção do valor monetário da dívida toda a vez que o salário mínimo legal for alterado.

Posteriormente em 21 de novembro de 1986, foi extinto o BNH, surgindo em seu lugar, por processo legal de incorporação e de sucessão dos direitos e deveres, a CAIXA.

Decreto Lei nº 2.291 de 21.11.1986

Art. 1º É extinto o Banco Nacional da Habitação - BNH, empresa pública de que trata a Lei nº 5.762, de 14 de dezembro de 1971, por incorporação à Caixa Econômica Federal (CEF).

§ 1º - A CEF sucede ao BNH em todos os seus direitos e obrigações, inclusive:

a) na administração, a partir da data de publicação deste decreto-lei, do ativo e passivo, do pessoal e dos bens móveis e imóveis;

b) na gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do Fundo de Assistência Habitacional e do Fundo de Apoio à Produção de Habitação para a População de Baixa Renda;

c) na coordenação e execução do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) e do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANASA), observadas as diretrizes fixadas pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

Efeitos Operacionais

Dentre os vários motivos legais e mercadológicos que provocaram a situação de falta de caixa no momento do decurso dos prazos, podemos destacar os seguintes itens:

Descompasso das Receitas

A situação econômica e financeira caótica e inflacionária que penalizou – por muitos anos – o nosso país nas últimas décadas, causou altos índices de rotatividade do quadro funcional das empresas e do desemprego.

O formato operacional de várias das gestões passadas – da Cia – contribuiu por formar e consolidar o censo comum – incorreto - nos mutuários do Sistema Habitacional Nacional e em especial na população atingida pelas operações da Cia, de que as dívidas e saldos devedores proveniente da construção de imóveis de conjuntos habitacionais, por fazerem parte da política habitacional de cunho social não seriam cobrados. Este estigma não é privilégio da COHAB Bauru, mas do sistema habitacional como um todo, e provocou, ao longo de muitos anos, o aumento da inadimplência até entre aqueles que tinham condições de honrar os pagamentos, sendo que esta gestão veio lutando e promovendo ações que conseguiram superar tais problemas nestes últimos anos, eliminando este paradigma negativo.

Muitos dos atos operacionais e decisões de antigas diretorias foram seguidos de forma obrigatória – cumprimento legal - em virtude da Lei Federal (com foco em uma política paternalista de cunho social).

Em grande parte de casos praticaram-se rotinas internas de depurações de contratos de mutuários, dos recálculos, sinistros, quitações, transferências, e novações, as quais na maioria dos casos, que dependeram majoritariamente de decisões judiciais que por pertencerem ao campo das influências externas, fugiram ao livre arbítrio da gestão da Cia.

Tais atos influenciaram decisivamente os valores das parcelas vencidas e saldos devedores vincendos e o fluxo de caixa e a geração de receitas.

Dia-a-dia a Cia cumpre rotinas de revisão de conceitos, dados cadastrais e financeiros, aplicando as regras aplicáveis no momento, as quais por terem sido alteradas após a assinatura dos contratos de financiamentos – ativos e passivos – se contrapõem às regras praticadas originalmente por força de mudanças contemporâneas na política habitacional imposta pelo Governo Federal que é o seu Gestor Maior.

Tudo isto provoca como consequência imediata e lógica o aumento e/ou redução de juros e dos índices de atualização aplicados anteriormente; repercutidos nos valores das parcelas e dos saldos devedores.

O lado cruel de tais regularizações de atos geradas em virtude de decisões e práticas administrativas e operacionais de períodos anteriores, em maioria determinadas pela influência externa, não podem ser repassadas aos contratos com a CAIXA, e são fatores que oneram dia-a-dia o resultado e as finanças da Cohab, causando prejuízos irreparáveis.

Utilização Créditos FCVS no Acordo Cohab x CEF – 2003

(a) Que a Cohab celebrou com a CEF em 26/03/2003 um acordo quando renegociou e confessou uma dívida de R\$ 601.023.459,64, da qual o valor de R\$ 17.812.754,39 relacionava-se à dívida vencida e o de R\$ 583.210.705,25 a dívida vincenda. (b) Que a dívida confessada consolidou renegociação para a amortização de 20 conjuntos, no valor de R\$ 181.484.355,36, quando a COHAB efetuou o pagamento a CEF com a utilização de títulos CVS existentes na época, oriundos da novação dos créditos da Cia. até aquela data, caucionados juntos ao FCVS. (c) Que diante da necessidade de redução dos repasses, a Diretoria da época, optou por utilizar estes créditos CVS nas amortizações dos contratos com os maiores comprometimentos + os de maiores taxas de financiamento, e os empreendimentos considerados como problemas. (d) No valor renegociado de Bauru foram incluídos 6 conjuntos: Jd. Nova Esperança II, Edson Francisco Silva, Mary Dota, Pastor Arlindo Viana, José Regino, Procred IV, que representaram 52% do valor da renegociação da dívida consolidada, ou seja, R\$ 94.487.436,32. (e) Portanto que para que isto fosse possível, ocorreu a utilização de estoques de créditos CVS pertencentes a outros conjuntos habitacionais.

CONTRATO CEF	DATA ASSINAT.	PRAZO Pzo/Parc.	DECURSO PRAZO	Nº NÚCLEO	LOCALIDADE	NOME DO NÚCLEO	QUANT. UNID. CONST.	COHAB x MUTUARIO		COHAB x CEF		TAXA JUROS C.E.F.
								Saldo a Receber SIFCVS	FCVS	Prestação (A) +(J)	Saldo Devedor	
095-2	24/02/1970	279-279	Mar2003	002	PIRATINGA	Pe UNZUE	61	0,00	0,00	73,18	12.883,63	4,00
3426-28	04/08/1978	294-283	Fev2004	033	BAURU	N.ESPERANÇA	400	108.791,75	470.270,97	1.152,74	594.854,20	0,50
12840-35	09/12/1984	300-209	Out2010	107	BARRETOS	BARRETOS II	406	779.155,15	5.505.214,33	28.204,36	11.602.193,17	4,60
12182-00	11/08/1983	300-210	Set2010	105	SJRPRETO	SÃO DEOCLESIANO	882	1.057.197,61	17.520.600,85	23.802,88	13.128.901,44	4,70
13571-32	03/05/1984	249-152	Abr2011	108	QUATÁ	PROHEMP	315	820.654,88	5.996.968,00	18.201,34	5.138.165,60	5,30
17704-05	24/10/1986	300-161	Out2014	142	BAURU	EDSON F.SILVA	937	12.946.103,33	164.805,48	33.098,23	9.829.371,31	2,60
19490-64	26/02/1988	300-151	Ago2015	153	BEBEDOIRO	RESID. FRANCISC.	280	18.704.621,06	104.379,41	53.811,76	14.661.798,08	6,80
19453-83	24/02/1988	300-146	Jan2016	154	BAURU	MARY DOTA	3638	75.860.283,83	1.422.553,63	350.164,49	61.378.627,61	3,90
20948-29	08/03/1990	300-134	Jan2017	157	LINS	PQ.ALTO BOA VISTA	347	6.356.764,51	59.475,88	34.499,87	4.108.870,82	5,50
21100-54	23/07/1990	300-134	Jan2017	160	PIRATINGA	PIRATINGA IV	198	1.355.433,66	27.566,70	10.610,67	1.368.670,06	3,60
21129-69	28/09/1990	300-100	Fev2018	176	MARILIA	MONS.JOÃO TOFOLI	414	3.502.287,62	126.321,01	26.710,84	3.306.644,07	3,90
23289-67	11/10/1991	300-114	Set2018	182	BAURU XXII	P.ARLUNDO VIANA	484	7.790.598,27	108.299,91	44.326,61	6.094.412,68	5,00
23501-89	31/10/1991	300-101	Out2019	191	ASSIS	ASSIS IV	577	5.762.610,42	492.337,88	36.982,35	4.994.134,52	4,10
24161-66	30/12/1991	300-101	Out2019	192	COLINA	COLINA II	315	4.910.910,67	144.242,80	23.837,72	3.470.193,38	4,60
23593-15	29/11/1991	300-100	Nov2019	195	SÃO MANUEL	SÃO MANUEL III	629	7.538.476,96	446.205,18	49.224,99	6.502.006,70	4,60
23720-21	13/12/1991	300-094	Mai2020	198	BEBEDOIRO	BEBEDOIRO II	888	13.961.201,46	430.510,40	76.817,18	10.792.416,25	4,70
24216-46	30/12/1991	300-091	Ago2020	199	SJARRA	JOÃO MATARRAIA	687	9.386.152,39	207.053,56	55.917,04	7.730.502,85	4,40
24102-25	30/12/1991	300-090	Set2020	200	BAURU	JOSÉ REGINO	1014	17.955.917,28	475.325,66	105.387,08	14.517.480,88	5,10
52885-72	23/06/1997	240-062	Jan2018	207	BAURU	PROCRD IV	182	2.997.531,08	8.965,88	19.220,63	2.072.689,44	5,21
29752-50	08/03/1994	220-108	Jul2012	000	DEPUR.DIVIDA			0,00	0,00	1.049,92	180.736,39	3,10
TOTAL							12654	191.794.691,97	33.711.097,53	992.693,88	181.484.355,36	

% 1)-COMPOSIÇÃO		Pertencente ao Conjunto	
52,06%	Bauru	94.487.436,32	
47,94%	Demais Cidade	86.996.919,04	
100,00%	Dívida Vincenda	181.484.355,36	
	Dívida Vencida	17.812.754,39	
	Dívida Vincenda	181.484.355,36	
	Total	199.297.109,75	
% de 2)-CRÉDITO FCVS DIVERSOS CONJUNTOS		3)-UTILIZAÇÃO DOS CRÉDITOS	
100,00%	Créditos Novação	231.861.484,52	Total Dívida 199.297.109,75
85,99%	Dívida Consolidada	199.297.109,75	Crédito do Conj. 33.711.097,53
14,04%	Sobra Novações	32.564.374,77	Diferença 165.586.012,22
			Utilização de créditos pertencente a outros conjunto habitacionais:
			33.711.097,53 16,91%
			165.586.012,22 83,09%
			199.297.109,75 100,00%

Contratos em fase de decurso de prazo

Os contratos em fase de decurso de prazo e para os quais não possuem estoques de créditos FCVS para utilização em sua amortização devem ser renegociados por demonstrarem elevados saldos residuais remanescentes para retorno ao FGTS. Destacamos que o valor original dos decursos era de R\$ 284.316.479,51, o qual, posicionado e atualizado até 31/12/16 já monta em R\$ 606.171.317,77.

Os contratos que agora devem ser renegociados não tiveram seus créditos de direito de FCVS utilizado em sua amortização, em virtude disto agora demonstram elevados saldos residuais remanescentes para retorno ao FGTS.

DECURSO PRAZO - 07/2008 A 12/2016									
080	0004036-22	NOVA MARILIA-IV	08/07/2008	2.90%	36.951.807,83	89.339,18	9.244.029,79	47.797.161,78	94.082.338,58
094	0005202-76	BOTUCATU-HUMB.POPOLO	08/07/2009	2.80%	20.233.129,58	47.210,64	4.310.924,32	22.402.642,05	46.993.906,59
081	0005750-15	TUPA II	08/07/2008	0.70%	842.631,47	491,53	50.788,79	923.113,30	1.817.025,09
095	0005791-09	VOTORANTIM I	08/10/2009	4.20%	23.886.016,97	83.643,83	7.385.451,97	27.602.952,89	58.958.065,66
079	0006874-20	PIRATIN-O.FERNANDES	08/07/2008	1.70%	951.160,53	1.347,47	139.346,63	1.127.522,25	2.219.376,88
093	0008981-68	RIBEIRAO BONITO I	08/04/2009	2.20%	192.103,89	414,02	33.224,32	212.501,24	438.243,47
044	0009714-49	DIVERSOS-AMPLIACAO	08/05/2009	2.30%	2.914.231,98	5.585,62	521.203,67	3.204.737,84	6.645.759,11
098	0009719-91	TANABI-JD.CENTENARIO	08/06/2009	3.10%	9.134.695,37	23.639,94	2.178.996,91	10.441.684,66	21.779.016,88
101	0009790-76	NH.EDSON B.GASPARINI	08/01/2010	4.10%	27.541.536,14	94.192,64	8.022.728,85	30.297.807,14	65.958.264,77
103	0010831-28	CONCHAS I	08/03/2010	4.20%	2.109.340,49	7.382,69	614.908,09	2.267.254,46	4.998.885,73
097	0010940-32	PEREIRA BARRETO I	08/10/2009	4.40%	7.728.883,16	28.331,91	2.503.297,25	9.030.910,38	19.289.422,70
100	0011000-13	AGUDOS-J.B.R.MATTOS	08/12/2009	4.40%	10.287.898,31	37.722,29	3.256.012,36	11.680.204,46	25.261.837,42
096	0011503-86	BARRETOS I	08/12/2009	4.50%	19.858.913,67	74.470,92	6.428.516,53	22.671.235,34	49.033.136,46
106	0011508-93	SAO MANUEL I ST.II	08/06/2010	4.00%	10.415.592,44	34.782,33	2.784.444,30	13.234.819,07	28.813.853,85
114	0014701-17	JAU-POTUNDUVA	08/02/2012	5.10%	1.407.403,60	5.981,47	358.010,43	1.055.752,02	2.827.147,52
110	0015576-69	MARACAI I	08/08/2012	3.70%	1.735.445,51	5.350,95	287.337,80	1.058.727,92	3.113.962,18
115	0015719-08	LENCOIS PAULISTA IV	08/08/2012	4.30%	4.558.735,94	16.335,47	877.625,78	2.919.010,59	8.371.707,78
111	0015747-91	POMEIA-T.BACARAT	08/08/2012	4.40%	3.936.968,08	14.435,55	775.616,63	2.530.531,62	7.257.551,88
109	0015813-92	REGINOPOLIS III	08/08/2012	4.50%	1.407.724,22	5.278,97	283.660,39	900.280,82	2.604.944,40
113	0015848-30	FABIO TALARICO	08/08/2012	4.40%	6.712.363,46	24.611,99	1.322.393,43	4.314.448,91	12.373.817,79
112	0015449-64	TARUMA-PROHEMP	08/10/2012	4.30%	6.615.253,29	23.704,66	1.225.164,37	4.050.023,20	11.914.145,52
117	0017197-37	FICAM IV	08/07/2013	4.20%	3.611.965,84	12.641,88	537.891,79	1.764.899,85	5.927.399,36
121	0018906-01	BEBEDOURO I	08/10/2013	2.20%	2.921.851,54	5.356,72	211.084,24	1.234.395,10	4.372.687,60
126	0016124-88	SAO JOSE DO RIO PRETO II	08/11/2013	2.60%	8.577.872,27	18.585,39	713.362,71	3.565.661,38	12.875.481,75
122	0017705-32	AMERICO BRASIL I	08/11/2013	2.10%	1.917.257,22	3.355,20	128.729,04	784.897,83	2.834.239,29
135	0018792-67	BORBOREMA I	08/11/2013	1.90%	2.234.417,54	3.537,83	135.713,34	909.115,29	3.282.784,00
132	0017810-14	GARCA I 1. ETAPA	08/12/2013	1.40%	800.008,27	933,34	34.854,31	311.752,07	1.147.547,99
133	0018682-37	MATAO I	08/12/2013	1.70%	2.104.760,81	2.981,75	111.376,63	827.731,66	3.046.850,85
131	0018808-26	PANORAMA II	08/12/2013	1.80%	953.600,00	1.430,40	53.433,95	376.157,29	1.384.621,64
128	0018513-69	MACATUBA-JD.EUROPA	08/02/2014	2.50%	5.458.169,71	11.371,19	401.479,50	2.068.556,33	7.939.576,73
134	0018898-13	CATIGUA I	08/02/2014	2.10%	1.952.658,03	3.417,15	120.608,21	731.884,29	2.808.365,88
130	0018883-93	S.CARLOS-D.RODRIGUES	08/03/2014	2.70%	1.904.389,43	4.284,87	147.301,94	705.200,06	2.761.176,30
129	0018681-12	S.CARLOS-IVO MORGANT	08/04/2014	2.50%	3.360.700,46	7.001,46	233.400,46	1.197.966,85	4.799.069,23
138	0018977-96	IGARACU II	08/05/2014	2.00%	2.399.936,58	3.999,89	129.278,37	817.384,05	3.350.698,89
139	0019297-71	CHICO MENDES-MAR.VI	08/05/2014	2.50%	2.160.151,96	4.500,32	145.512,74	745.413,28	3.055.578,30
137	0019488-21	AMERICO BRASIL II	08/06/2014	2.60%	2.519.079,02	5.458,01	170.841,03	841.856,57	3.537.234,63
140	0016105-97	BEBEDOURO II	08/10/2014	1.50%	1.607.460,95	2.009,34	54.654,93	452.087,39	2.116.212,61
145	0019493-28	CONCHAS II	08/10/2014	1.35%	604.237,24	679,77	18.487,78	169.358,31	792.763,10
142	0019495-71	N.H.EDSON F. SILVA	08/10/2014	3.10%	1.499.077,28	3.955,21	105.483,66	436.981,26	2.045.497,41
149	0019498-35	ITAPEVA III	08/10/2014	3.00%	2.673.091,02	6.682,73	182.001,31	777.448,99	3.639.224,05
147	0019500-03	D.FERNANDO M.P.ROCHA	08/10/2014	2.80%	4.295.599,92	10.023,07	272.928,66	1.243.839,91	5.822.391,56
143	0018689-85	ASSIS I - II	08/11/2014	2.90%	2.586.985,53	6.251,89	163.777,35	720.499,91	3.477.514,68
146	0018976-71	BOT -ARNALDO L.MELLO	08/11/2014	1.25%	1.076.340,02	1.121,20	29.330,89	289.241,69	1.396.033,80
143	0019071-81	ASSIS I - II	08/11/2014	3.20%	3.288.781,00	8.770,09	229.802,67	921.815,11	4.449.168,87
141	0019103-77	N.H.INDIA VANOIRE	08/11/2014	2.70%	3.457.280,92	7.796,24	203.746,54	958.786,15	4.627.609,85
119	0019322-19	FICAM V	08/11/2014	2.40%	5.003.738,67	10.007,48	262.051,80	1.378.741,95	6.654.539,90
148	0019466-64	IGARACU DO TIETE III	08/11/2014	2.90%	5.928.131,15	14.326,31	375.299,20	1.651.040,42	7.968.797,08
102	0010374-13	MUT.N.JULHO/JD.O.VERDE/LUIZ.E.COUBE	08/12/2014	1.00%	1.196.079,80	996,73	25.072,11	307.166,76	1.529.315,40
150	0019425-01	IG.DO TIETE-PROHEMP	08/03/2015	2.70%	2.464.033,90	5.544,09	122.984,99	573.820,70	3.166.383,68
151	0015537-46	FRUTAL - PROHEMP	08/08/2015	3.50%	1.158.700,58	3.446,04	57.736,09	207.787,30	1.427.670,01
136	0019399-35	TABAPUA II	08/12/2015	2.50%	2.261.977,01	4.712,45	61.232,10	301.853,83	2.629.775,39
152	0021353-09	MUTIRAO LEAO XIII	08/02/2016	2.50%	199.750,29	416,15	4.545,45	22.313,64	227.025,53
156	0020905-28	PRATANIA I	08/03/2016	3.00%	754.576,10	1.866,44	18.785,48	77.007,97	852.255,99
155	0019831-15	ROSETA I	10/04/2016	3.30%	346.863,26	1.035,47	8.451,04	31.477,95	387.827,72
-	0120173-16	OUTROS CONTRATOS CEF	08/06/2016	3.16%	18.008.557,36	47.407,53	326.388,65	1.262.254,96	19.644.608,50
158	0021128-43	IACANGA I	08/10/2016	3.70%	3.991,40	12,30	34,56	113,08	4.151,34
159	0021274-27	BORBOREMA II	08/10/2016	3.60%	187.186,31	561,56	1.577,09	5.301,10	194.626,06
165	0021326-43	CONCHAS III	08/12/2016	3.70%	35.608,04	109,79	84,43	274,48	36.076,74
164	0021328-84	GUAPIACU II	08/12/2016	3.60%	67.503,40	202,51	155,72	520,27	68.381,90
163	0021275-55	AMERICO BRASILIENSE IV	08/12/2016	3.70%	48.520,33	149,60	115,06	374,01	49.159,00
162	0021271-63	AMERICO BRASILIENSE III	08/12/2016	3.70%	52.014,95	160,38	123,34	400,96	52.699,63
161	0021300-94	GUAIMBE I	08/12/2016	3.60%	37.596,19	112,79	86,73	289,76	38.085,47
TOTAL					301.140.335,23	851.486,63	58.403.488,50	245.776.007,41	606.171.317,77

Reparcelamento dos saldos devedores, vencidos e vincendos

Correspondente a empréstimos firmados com o BNH e ou CAIXA, quando da construção de conjuntos habitacionais com prazo médio de 20 a 25 anos, sendo que através de negociação garantida pela Prefeitura Municipal de Bauru - LEI Nº 6.491, de 27 de Fevereiro de 2014, autorizou o Poder

Executivo a adquirir títulos CVS - titularidade do FGTS, mediante financiamento, para utilização em pagamento de dívidas de operações de empréstimos habitacionais da COHAB-Bauru, bem como a garantir operação de financiamento entre a COHAB-Bauru e a CEF - agente operador do FGTS em uma operação visando a liquidação de operações de empréstimos habitacionais, vencidos e vincendos.

Nesta decisão foram analisadas as normativas do Conselho Curador do FGTS que autorizou negociações envolvendo a aquisição financiada de títulos CVS, para quitação de dívidas, ou prestar garantias: Resolução nº 408 que prevê o parcelamento: prazo máximo de 78 meses e uma taxa de juros de 6% ao ano, a qual não é aplicável no caso da Cia, e as Resoluções 479, 512 e 716, que são aplicáveis e mais benéficas, por permitirem prazo maior de financiamento e Juros mais benéficos, permitindo expressivo alongamento da dívida, com a redução dos encargos da COHAB.

Estimativa de Retorno – Execução Judicial

O Conselho Curador do FGTS através da gerencia regional da CEF ingressou com ação de execução contra a Companhia e seu principal acionista, cobrando o pagamento imediato. Como o Fundo de Garantia do Trabalhador não pode sofrer prejuízo, o contrato que decursa (vence) e o resíduo tem de ser pago em parcela única, sendo que a execução é realizada contrato a contrato até que se efetue o pagamento de toda a dívida pendente.

Mesmo na situação da COHAB ser declarada extinta, insolvente, ou colocada em liquidação, mesmo assim o dinheiro do trabalhador (que é do FGTS) será objeto de ação judicial, contra então os acionistas, e a cobrança judicial alcança não somente a controladora, Prefeitura Municipal de Bauru, que detém 72,8% do Capital Social, mas sim, todos os acionistas, porém as resoluções do Conselho Curador permitem - caso de parcelamento - não gerar risco de confisco de receitas ou bens municipais, e se houver acordo, suspende a execução.

Agravamentos por força legislativa

Décadas de alta inflação provocaram defasagens salariais aos mutuários, trazendo inclusive o desemprego em muitos setores, que se somaram às disparidades quando da consecução dos reajustes salariais, coroados pelas frequentes intervenções governamentais nas regras e condições dos contratos de financiamento.

Surgiram novas necessidades de ajuste, que foram motivo de normalização governamental com a criação do diferencial conhecido como Coeficiente de Equiparação Salarial (CES), dentro do objetivo de minimizar os efeitos decorrentes do descompasso existente nas operações de financiamento vinculadas, porém novamente os estudos e as intenções governamentais não foram correspondidos com a realidade operacional dos contratos de financiamentos tendo tudo, novamente, funcionado de forma subdimensionada contra as COHABs.

Novamente ocorreu e aumentou o descompasso já existente, entre o reajuste das prestações e dos saldos devedores, os quais foram maiores do que o previsto, novamente contribuindo para aumentar a economia já debilitada das COHABs.

Chegando ao Governo Sarney, as prestações foram reajustadas em 112% (cento e doze por cento) enquanto os saldos devedores tiveram correção de 246% (duzentos e quarenta e seis por cento), com base nos índices da poupança, sendo este um dos principais problemas impingidos ao Fundo de Compensação por Variações Salariais (FCVS). Já no plano cruzado (1986), o valor das prestações foi ajustado por índices inferiores à inflação, com base nas médias dos doze meses anteriores.

No plano Bresser (1987), houve congelamento temporário e adoção de nova política salarial. No plano Verão (1989) as prestações voltaram a ser congeladas entre fevereiro e maio.

No Plano Collor (1990) a inflação de 84,32% foi aplicada aos saldos devedores e não às prestações dos mutuários. No plano Collor II (1991), não houve política salarial até setembro e os saldos devedores passaram a ser corrigidos pela Taxa Referencial (TR), introduzida no ordenamento pela Lei n.º 8.177/91 (Lei de Desindexação da Economia).

Fundo de Compensação por Variações Salariais (FCVS)

Quanto ao sistema do FCVS ele fluiu bem até a década de 80, quando os altos índices inflacionários e as elevadas taxas de juros praticados obrigaram o Governo Federal conceder sucessivos e cumulativos subsídios aos mutuários finais do Sistema, destacando-se o Decreto-Lei 2.065/83, o qual proporcionou a redução das obrigações dos mutuários, imputando-as ao FCVS sem a necessária dotação orçamentária para tanto, passando, a partir de então, a COHAB BAURU assumir, indevidamente, responsabilidades

incompatíveis com seu fluxo de caixa e patrimônio, em assuntos aos quais não de causa.

Em seguida, o Decreto-Lei n.º 2.164/84 concedeu subsídio de 10% a 25% aos mutuários, mediante emissão de bônus pelo BNH, estabelecendo-se que, para os contratos firmados a partir daquela data, o FCVS ressarciria os saldos devedores em parcela única, e posteriormente, o Decreto-Lei n.º 2.291/86 autorizou a concessão de novo subsídio, estabelecendo, desta vez, que a dívida seria liquidada em cinco anos, e o Decreto-Lei n.º 2.406/88 novamente autorizou a concessão de outro subsídio, prorrogando-se o prazo de pagamento da dívida por mais cinco anos; e além da assunção dos compromissos decorrentes dos subsídios governamentais narrados acima, o Decreto-Lei n.º 2.476/88 imputou ao FCVS a obrigação de garantir o equilíbrio do seguro habitacional do SFH.

O descompasso entre o crescimento das responsabilidades assumidas pelo Fundo e o baixo fluxo de caixa, sem que fossem destinadas novas receitas, elevou demasiadamente o déficit do FCVS, ocasionando sua insolvência, culminando assim na edição da Resolução do CMN n.º 1980/93, o qual estabeleceu que os financiamentos habitacionais não mais contariam com a cobertura do Fundo, devendo o próprio mutuário ser responsável pelo pagamento do saldo residual eventualmente existente ao final do contrato, e assim, não demorou ao Governo Federal editar a Lei n.º 8.692/93 apontando novas diretrizes ao SFH e excluindo, por previsão legal, a responsabilidade do FCVS para as operações realizadas após a sua vigência (art. 29). Não obstante todas estas providências e ações praticadas pelo Governo Federal, instituidor e mantenedor do Plano Nacional de Habitação, ainda era necessário equacionar o passivo contingente do Fundo, o que resultou na edição da Medida Provisória n.º 1.520/96, convertida na Lei n.º 10.150/00, autorizando a novação das suas dívidas mediante a securitização.

Coroando tais mudanças, Governo Federal, promoveu inúmeras alterações (fato novo) no “Roteiro de Análise do FCVS” no sentido de promover exigências que dificultassem os Agentes Financeiros de habilitar seus créditos perante o Fundo, ensejando várias negativas irreversíveis de quitação do saldo residual dos mutuários.

Diante disto tudo, os mutuários resolveram ingressar com ações perante o Poder Judiciário face a não quitação de seus contratos, porém eles ingressam contra as COHABs (mera preposta e Agente Financeiro, sem nenhuma ação nem decisão quanto ao que foi alterado); deixando de lado o

verdadeiro responsável pelas mudanças o único que pode ser obrigado pela quitação de seus saldos residuais, qual seja, o FCVS, administrado e gerido pela Caixa.

Mercê todas estas modificações, é público e notório que o FCVS não quita 100% (cem por cento) do Saldo Residual dos contratos dos mutuários finais; e repassa apenas cerca de 80% (oitenta por cento) do saldo residual real de cada contrato efetivamente homologado.

Criou-se então uma pergunta crucial a ser respondida: Quem deve arcar com o prejuízo de 20% (vinte por cento) sobre os contratos que o Governo Federal se comprometeu a quitar? O Agente Financeiro, que não possui nenhum poder de decisão e foi mero repassador entre o Governo e o mutuário, ou é o próprio Governo Federal, verdadeiro e único instituidor do SISTEMA, determinador das REGRAS e controlador da OPERACIONALIZAÇÃO?

Conclusões sobre as influências externas

Resumo dos Reflexos Legislativos

A emaranhada teia legislativa protecionista cria e altera dia-a-dia a política habitacional do país.

Mesmo após a assinatura dos contratos originais com os mutuários, foram editadas leis criando novos benefícios ao mutuário, sem que fossem criados mecanismos, na mesma temporalidade e qualidade econômica e financeira, que viessem, de forma isonômica beneficiar a COHAB BAURU, permitindo sua segurança econômica e a continuidade do seu negócio como agente financeira operadora da habitação.

Leis complexas e de difícil entendimento comum foram discutidas em juízo pelos mutuários, as quais se dividiram em dois grandes grupos:

a) Aqueles que realmente tem direitos adquiridos mercê decisões judiciais, e que, através de mandado judicial, conseguem reduzir os valores das suas parcelas, dos seus encargos e dos seus saldos devedores, causando prejuízo à COHAB BAURU, a qual não teve nem tem como **repassar os efeitos das decisões judiciais** ao órgão concedente do crédito, que é a CEF. Ocorre nestes casos a dicotomia econômica, financeira e legislativa.

b) Aqueles – mutuários - que não tem direito adquirido, mas que por conveniência “ajuntam-se aos achismos da vida”, e ao final da ação conseguem algum acordo para encerrar a questão, ou ainda perdem a ação (infelizmente poucos casos).

A falta dos pagamentos, pelos mutuários, nas datas vencidas já causaram problemas financeiros e econômicos, sobretudo por conseguirem também no final um acordo, que lhes propicia o parcelamento de sua dívida.

Tanto em um como noutro caso, ocorreram perdas para a Companhia, que é obrigada a repassar os valores relativos das inadimplências a CEF, no mês do vencimento, mesmo que não tenha recebido os valores das prestações.

Com isto, para conseguir o equilíbrio do seu fluxo financeiro, a COHAB BAURU depende de normativos que não foram editados.

Conclusão dos fatores que influenciaram o operacional

Isto posto, resumimos os aspectos que influenciaram a operacionalização do sistema, impondo mudanças legais, financeiras, econômicas e judiciais e causando desequilíbrio no Sistema.

Não podemos perder de vista que as COHABs foram criadas pelo Governo Federal com a finalidade de ser o braço operacional do SFH, executando o papel de Agentes Financeiros e Promotores, solucionando a incapacidade do Governo Federal temporânea aos acontecimentos, de prover de forma direta solução para a demanda – necessidades – à população de baixa renda.

O Fundo de Compensação por Variações Salariais (FCVS) foi criado objetivando garantir o pagamento de eventuais resíduos dos saldos devedores dos mutuários (ao final do prazo contratual), porém tal solução não foi suficiente para equalizar as perdas dos agentes, neles inseridos a COHAB BAURU.

No intuito de promover a segurança social, muito embora o Governo Federal tenha concedido benefícios aos mutuários, descuidou de prover ao Sistema Cohab, medidas que pudessem equilibrar o sistema habitacional, na mesma temporalidade e qualidade financeira e econômica, equalizando os contratos de retorno impostos pelo órgão gestor (BNH) para com os Agentes Financeiros, com compensações que pudessem assegurar o equilíbrio do Sistema, no caso, as COHABS.

A compensação concedida pelo Governo às COHABs não teve a mesma qualidade (econômica e financeira), nem a mesma temporalidade concedida aos mutuários.

Instaurou-se então a dicotomia criou-se o descompasso econômico e financeiro às COHABs.

Isto significa que o mutuário foi beneficiado por antecipação, e a COHAB BAURU ainda não recebeu aquilo que concedeu aos mutuários pois a COHAB BAURU concedeu DESCONTO na dívida do mutuário, reduzindo assim o seu FLUXO DE CAIXA e a sua RENTABILIDADE, e “um dia”, de forma parcial, vai receber TÍTULOS, que poderá usar para quitar dívidas com a Caixa.

Desta forma, o sistema, que é composto de duas faces:

Uma relativa aos recursos repassados de forma condicional pelo Sistema às COHABs.

Outra, relativa aos valores que os mutuários devem quitar à estas, as quais devem RETORNAR à CAIXA.

Como não houve isonomia de procedimentos, o Sistema Cohab “ficou cambeta”, desequilibrado, pois concedeu-se descontos maiores e mais benéficos aos mutuários.

Houve compensações de menor qualidade financeira e econômica às COHABs, cumulado com a crueldade de sê-lo em temporalidade diversa, ou seja, postecipada.

Desequilíbrio Econômico e Financeiro do Sistema COHABs

Estabelecido o panorama geral constatamos ter havido um enorme desequilíbrio financeiro e econômico, o qual não decorreu de atos de má gestão ou descumprimento das normas inerentes, mas, exatamente por ela cumprir à risca as normas do Sistema Financeiro da Habitação que encontra-se demasiadamente prejudicada.

Como consequência natural e inevitável, de tudo que relatamos, as COHABs viram avolumar-se dia a dia os seus problemas econômicos e financeiros, onde houve a redução avolumada das suas carteiras de Prestamistas a Receber, das suas Receitas e a redução minimizada dos seus compromissos, muito embora tudo ocorresse sem que houvesse nenhuma ação sua nas

decisões, sem que houvesse a mínima possibilidade de agir ou mesmo regular, sendo então obrigada a cumprir por determinação legal.

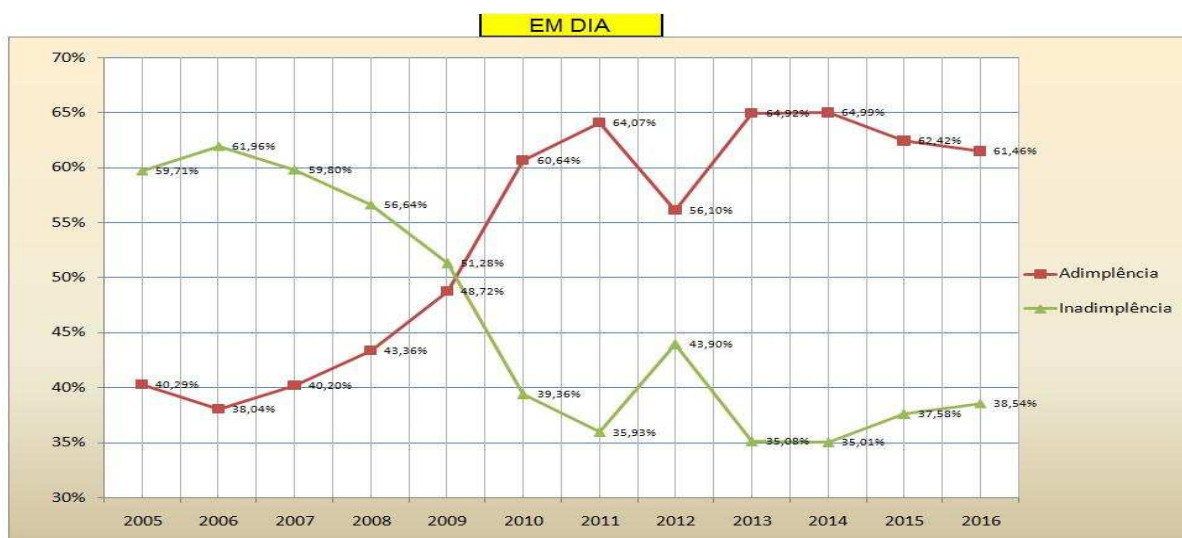
Constatamos que houve desequilíbrio de tratamento, pois se a sua função social é a de ser mero AGENTE FINANCEIRO, não pode se responsabilizar pelos prejuízos aos quais não deu causa!

MEDIDAS OPERACIONAIS IMPLANTADAS (INICIADAS EM 2005)

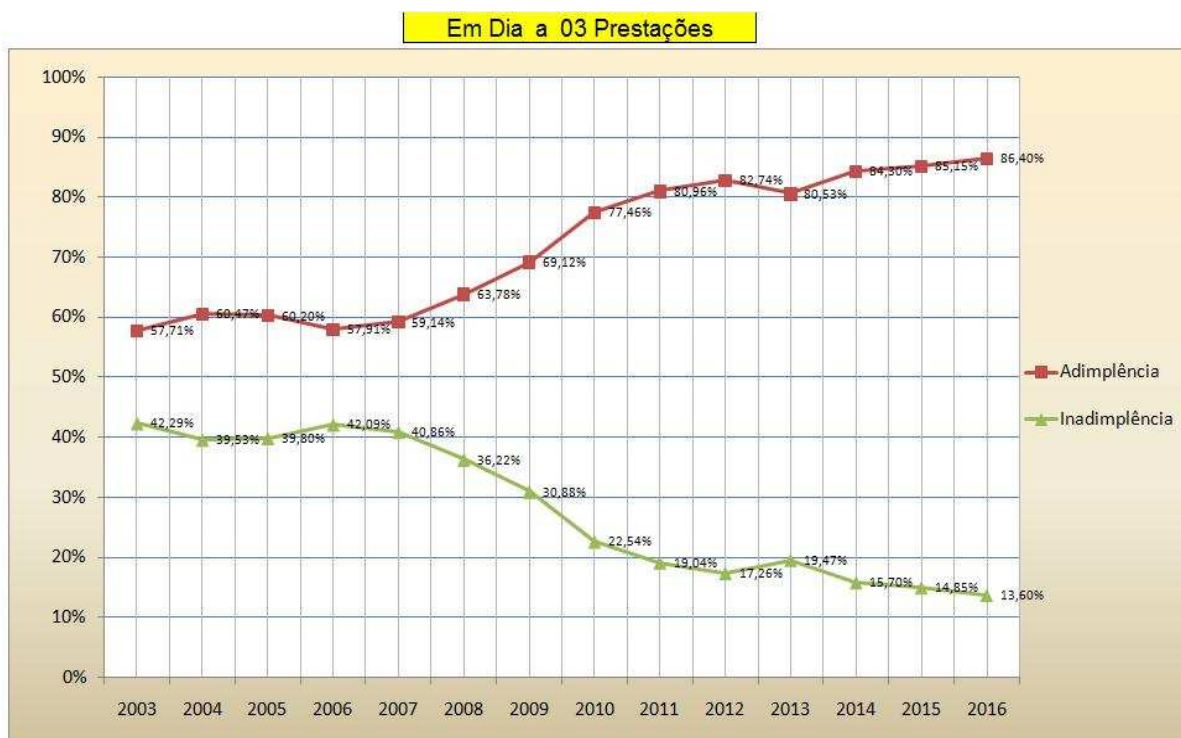
Objetivando o saneamento e a recuperação da capacidade financeira: Combate a inadimplência, redução das despesas do custeio administrativo, cobrança das diferenças apuradas na depuração, reversão das negativas de cobertura FCVS, batimento cadastral do seguro habitacional, renegociação da dívida do seguro habitacional, finalização acordo – Constr. x CEF x COHAB.

Combate a inadimplência

Dentro do **âmbito Administrativo** houve a intensificação das Depurações dos Saldos ativos; intensificação da Revisão dos saldos inativos; sistematização da cobrança - emissão automática de cartas de cobrança, flexibilização para realização de acordo de dívidas ainda não notificadas judicialmente, isto é, redução do valor da entrada para concretização de uma negociação (exigência atual - 30%); e renegociação e recuperação de créditos de valores residuais provenientes de contratos decursados, depurados, reativados que apresentam diferenças; e no **âmbito Jurídico**, a intensificação das ações de cobrança das inadimplências pelo Jurídico Contencioso objetivando a agilização das recuperações de crédito, das notificações judiciais, e consequente reintegração dos imóveis.



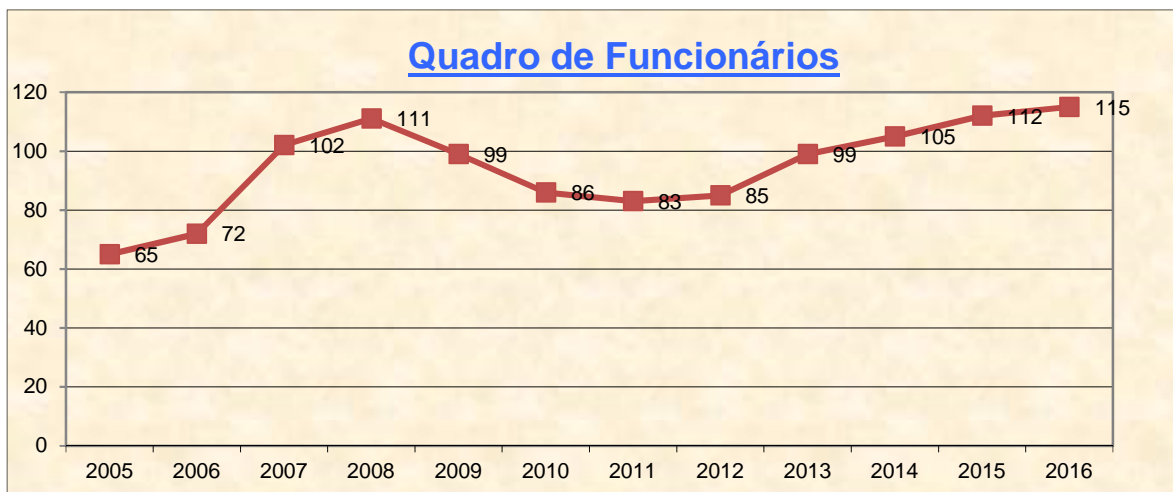
Quanto ao quadro apresentado acima “Em Dia”, foi considerado para efeito de adimplência, somente os contratos que não possuem prestações em atraso, onde via de regra, neste segmento, tanto no setor Público como Privado, para apuração do percentual de adimplência é considerado em dia o contrato que possui de 01 a 03 prestações em atraso, o que elevaria o índice apurado de **61,46% para 86,40%**, como é possível notar no próximo quadro.



Observamos ainda que a diminuição ano a ano dos contratos ativos interferem significativamente nos índices apurados.

Redução das despesas de custeio.

Estão sendo avaliados e aperfeiçoados os mecanismos de coordenação e controle dos gastos, identificando possibilidades de redução das despesas e implementando medidas de racionalização; a promoção do comprometimento de todos os gestores e funcionários na redução das despesas; Gastos operacionais administrativos Redução e contenção de gastos e despesas com compras, manutenção e serviços gerais no que for possível; Empregados do quadro permanente; Recrutados e selecionados em concurso público e convocados por ordem de classificação para prover cargo no nível da carreira administrativa ou profissional.



Cobrança das diferenças apuradas na depuração

Conforme instruções da CEF há necessidade da depuração de todos os contratos desde a data da assinatura até hoje, seguindo as regras do Roteiro de Análise do FCVS, para adequação da evolução financeira dos contratos aos diversos planos econômicos e/ou às alterações monetárias ocorridas ao longo dos financiamentos; sendo que a Divisão de depuração/Auditoria trabalha em conjunto com as demais divisões, a fim de atender às necessidades dos mutuários; quando na ocorrência de qualquer evento, como utilização do seguro, quitação do saldo devedor, amortização extraordinária do saldo devedor, recálculo das prestações, utilização de FGTS, transferência do imóvel, re-comercialização do imóvel, o contrato deve ser depurado com o objetivo de conferir a evolução do saldo devedor ao longo dos anos. Que houve a intensificação da cobrança das diferenças e resíduos apurados pela depuração do contrato, agilizando as recuperações de crédito, e se necessário o envio de notificações judiciais, com a consequente reintegração dos imóveis.

Reversão das negativas de cobertura do FCVS

Considerando que o FCVS, criado em meados da década de 60, tem a finalidade de garantir a quitação dos saldos devedores dos financiamentos junto aos agentes financeiros na hipótese de existência de resíduo de saldo devedor após o término do prazo contratualmente ajustado, e que o fundo foi extinto por Lei em 1993, e assim, os contratos celebrados após 1993 não mais contam com o benefício do FCVS foram intensificadas as providências de reversão das negativas, através de depuração documental e legal.

Batimento cadastral do seguro habitacional

Intensificação dos procedimentos para início dos trâmites da RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DO SEGURO HABITACIONAL, bem como o alongamento do prazo de amortização da dívida e redução das multas moratórias.

Ações das Construtoras

A Cohab vem buscando e mediando através de contatos e negociações junto a CEF e Construtoras, alternativas para a superação do litígio de ações pleiteando o pagamento de diferenças de correção monetária sobre valores de faturas e retenções contratuais realizadas quando da construção de diversos Conjuntos Habitacionais.

SISTEMA DO CONTROLE INTERNO DA COHAB BAURU

A Companhia criou mediante Portaria 15/2013 da Presidência em 22 de agosto de 2013 o seu Sistema Integrado de Fiscalização Financeira, Contabilidade e Auditoria da COHAB BAURU, nomeando uma Comissão de SCI – Sistema de Controle Interno composta por membros do seu quadro funcional, e ao longo dos tempos foram realizadas reuniões e seminários para os vários públicos internos da Cia., primeiramente para os membros da Comissão do SCI- Sistema de Controle Interno.

Diante do apontamento do TCE em seu relatório (fl.111), considerou os relatórios da COHAB BAURU parciais e falta de Controle Interno efetivo, os membros da Comissão nomeados através da Portaria nº 23/2015-DP de 11/08/2015 definiram, após diligência à Prefeitura Municipal de Bauru, que seria adotado o mesmo modelo de relatório e análise utilizado na Administração Direta para as atividades da Companhia.

Dessa maneira, o SCI iniciou os trabalhos de análise de forma individual de cada atividade realizada em determinada divisão, apresentando relatório claro e objetivo, apontando as falhas e sugerindo correção. O relatório é encaminhado diretamente ao Chefe da Divisão e posteriormente ao Diretor Presidente para conhecimento e apontamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

CONTEXTO OPERACIONAL (1)

A Companhia de Habitação Popular de Bauru – COHAB foi criada pela Lei Municipal 1.222, de 01/04/1966, como sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, constituída por Escritura de Constituição lavrada no 1º Cartório de Notas de Bauru, no dia 23.09.1966, no livro 341 às fls. 037vº, e registrada na JUCESP sob n.º 335162, sediada na Av. Nações Unidas, n.º 30-31, Jd. Panorama, na cidade de Bauru (SP) e é entidade integrante à Administração Pública Indireta do Município de Bauru, dotada de personalidade jurídica de direito privado, instituída na forma de sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos. Durante toda a sua existência, a COHAB levou a efeito a construção de aproximadamente 65.000 (sessenta e cinco mil) moradias, distribuídas entre 84 (oitenta e quatro) municípios do Estado de São Paulo, no município de Bauru construiu aproximadamente 18.000 (dezoito mil) casas para a população de baixa renda em 35 (trinta e cinco) núcleos nas diversas regiões da cidade.

No plano da **Política Habitacional Brasileira** e sob o aspecto do **Sistema Financeiro de Habitação**, a COHAB é enquadrada juridicamente como **Agente Financeiro**, nos exatos termos da Lei n.º 4.380/64 e Res. Conselho de Administração BNH n.º 63/66 (RC 63/66), **tendo por objetivo principal** o estudo e solução do problema da habitação popular de Bauru e Região, planejando, e executando a promoção de construções, comercialização, alienação, dentre outros, consoante objetivos entalhados no artigo 3º e incisos, do seu Estatuto. Atualmente dedica-se principalmente na administração da sua carteira imobiliária e na comercialização de imóveis retomados.

Seu controlador, Município de Bauru, é devedor solidário da COHAB BAURU em relação à dívida desta perante o Agente Operador do FGTS, Lei 1.222/66 c.c. o artigo 10 de seu Estatuto, e Resoluções n.º 67/92 e 82/92, ambas do CCFGTS.

CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (2)

Demonstrações contábeis elaboradas dentro do princípio da continuidade dos negócios, seguindo o **Plano de Contas do Sistema das Companhias de Habitação Popular**, buscando a convergência com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com normas expedidas pela **Caixa Econômica Federal - CEF**.

Em 28.12.2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera alguns aspectos da Lei nº 6.404/76, alterada posteriormente pela MP nº 449, de 3.12.2008, convertida na Lei 11.941, de 27.05.2009. Esses pronunciamentos visam a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com os padrões internacionais de contabilidade emanados pelo IASB. Em linha com as alterações das Leis nº 11.638 e 11.941, o CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu Pronunciamentos Técnicos que alteraram algumas práticas contábeis adotadas no Brasil, às quais a Companhia aderiu naquilo que é aplicável, e a COHAB BAURU em análise, interpretação e aplicação desses novos dispositivos, identificou a necessidade de mudanças estruturais nas suas práticas contábeis que produzissem efeitos relevantes nas suas demonstrações contábeis, o que já foi realizado para o presente exercício. No que se refere aos conceitos relativos a ajustes a valor presente dos elementos dos ativos e passivos de longo prazo, constatou não ser aplicável tal conceito, face às particularidades das operações. A Companhia elaborou a **Demonstração dos Fluxos de Caixa** pelo método indireto, partindo das informações contábeis e considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS (3)

Em relação aos dados e valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, com a adoção de estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, provisões passivas necessárias e determinação de provisão para imposto de renda, que apesar de refletirem a melhor estimativa por parte da Administração da Companhia, podem apresentar variações, impostas pelo mercado e situação econômica brasileira.

3.1. Aplicações financeiras: registradas pelo valor de aplicação e quando aplicável, acrescidas dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do

balanço, não superando o valor de mercado, obedecendo a intenção e capacidade financeira da Cia em mantê-las até o vencimento dos prazos.

3.2. Ativos circulantes e não circulantes: demonstrados pelo custo original acrescido dos rendimentos auferidos e, se aplicável, ajustados por provisão para valor de realização ou recuperabilidade.

3.3. Ativo Permanente: imobilizado apresentado pelo custo corrigido até 31/12/1995. Depreciação do imobilizado computada pelo método linear, a taxas anuais estipuladas pela legislação fiscal, sendo Imóveis de uso, 4%; Móveis e Utensílios e Instalações Administrativas, 10%; e Veículos, Computadores e Periféricos, 20%. O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais (IFRS) ocorreu através da aplicação inicial no ativo imobilizado e à propriedade para investimento de acordo com o CPC 01, CPC 27, CPC 28, CPC 37, CPC 43 e Interpretação Técnica ICPC 10 no exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2016. A sua não adoção em períodos anteriores, ocorreu devido aos custos elevados na contratação de empresa especializada na avaliação do ativo imobilizado e intangível conforme parágrafo primeiro da NBC TG 37 (R4) – Objetivo.

O *deemed cost* - custo atribuído - foi reconhecido no Ativo Permanente – Edificações e Terrenos -, conforme as normas contábeis internacionais emitidas pela IASB (IFRS 1, itens D5 a D8) e de acordo com a NBC TG 37, itens 30, D5 e D7.

3.4. Passivo circulante e não exigível: demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo encargos e variações monetárias “pró-rata” dia.

3.5. Empréstimos do Sistema Habitacional: Financiamentos junto a CEF registram os empréstimos vinculados ao SFH, à construção de conjuntos habitacionais, para repasse aos mutuários finais, através do agente financeiro COHAB BAURU, cedendo garantia em primeira e especial hipoteca transferível a terceiros, sobre os imóveis objetos de contratação, por Instrumento de Compromisso de Compra e Venda com força de escritura pública pacto adjeto de hipoteca, onde a CAIXA comparece como interveniente anuente e credora hipotecária, e cessão fiduciária dos direitos decorrentes dos contratos de promessa de compra e venda das unidades construídas. O agente, em garantia das obrigações assumidas nos contratos de Carta de Crédito, cede caução nos termos do Decreto no. 24.778, de

14/07/1934, dos direitos creditórios decorrentes das hipotecas constituídas pelos mutuários finais.

Os **recursos captados nos empréstimos em questão foram aplicados** segundo a **Política Habitacional Nacional**, na **construção de núcleos habitacionais**; porém, após fatores sociais e econômicos, aos quais a COHAB Bauru não deu causa, atualmente ela não reúne capacidade financeira de saldar nos moldes que o sistema financeiro da habitação exige, isto é, à vista, principalmente pela existência de alto volume de parcelas a receber dos mutuários. Os empréstimos são amortizados em prestações mensais em prazo de até 30 anos, acrescidos de juros que variam de 1% a 8% ao ano. Os saldos apresentados no balanço estão líquidos das amortizações ocorridas até aquela data, e acrescidos da atualização e os juros "pró-rata", baseados na variação da UP (unidade padrão) apropriados até o encerramento do exercício.

Renegociação dos contratos:

As políticas governamentais destinadas à habitação popular e o modelo do Sistema Financeiro de Habitação sofreram diversas alterações e adaptações ao longo de sua história por parte do Governo Federal, que editou novas legislações que alteraram o "status quo" das cláusulas e condições iniciais, acrescidas de critérios distintos no tratamento dos financiamentos repassados entre **CAIXA – COHAB's – Mutuário**, em particular em datas de assinatura do contrato, vencimento da primeira prestação, taxa de juros, data-base e índice de reajuste das prestações do mutuário/adquirente. Assim em função das sucessivas crises financeiras que agravaram o país e o povo brasileiro, ocorreram gigantescas levas de reclamações de mutuários no plano jurídico, os quais em grande maioria conseguiram a redução do valor das prestações, saldo devedor e taxas de juros.

As determinações legais e decisões judiciais foram ditadas somente pelo ambiente externo (Governo Federal e decisões judiciais), fora do poder de decisão da COHAB, e causaram descompasso econômico e financeiro do balanço quando a sua carteira passiva – retorno ao FGTS - manteve a mesma condição contratual e a sua contrapartida – a carteira ativa – sofreu violento decréscimo, com perda das suas propriedades financeiras de retorno do capital emprestado aos mutuários e depauperou a sua capacidade econômica de manter a geração de lucros. A somatória destes vetores provocou o desequilíbrio financeiro e econômico do Sistema COHAB's.

A situação particular da COHAB BAURU nos últimos anos revela que muitos contratos de financiamentos decursaram chegando ao fim do prazo contratual, e em virtude do não abatimento, por parte da CAIXA, do saldo remanescente do mutuário coberto pelo FCVS no saldo remanescente devido pela COHAB BAURU, criou-se descompasso – *desequilíbrio econômico e financeiro* - onde os valores recebidos dos mutuários não são suficientes para quitar os empréstimos tomados para os empreendimentos.

Conforme Notas Explicativas 3.14, e 4.12; a COHAB BAURU tem Estoque de títulos FCVS represados, já habilitados e homologados pela CAIXA, no valor de R\$ 525.506.789,74. Trata de descontos já concedidos por ela aos seus mutuários (reduzindo sua capacidade de fluxo de caixa), cumprindo a legislação. Infelizmente a mesma legislação que determinou a concessão do desconto à vista, também determinou que a Cia recupere este dinheiro ao longo de anos, depois de procedimentos de revoluções por parte da CAIXA, criando novo descompasso e desequilíbrio no seu fluxo de caixa e na realização das suas receitas. Se os descontos concedidos pela Cia por conta do FCVS fossem repostos pela CAIXA na mesma temporalidade e qualidade financeira, daquele concedido pela Cia aos mutuários, seriam suficientes para amortizar o valor dos contratos decursados.

Ao longo dos últimos anos a Administração envidou esforços no intuito de solucionar o problema de desequilíbrio entre seus recebimentos e pagamentos, e diante do decurso de prazo de diversos empreendimentos deliberou nos fóruns competentes objetivando a renegociação junto a CEF em relação aos financiamentos decursados, elastecendo o prazo de amortização, até que em 2009 concluiu pela necessidade de contar com auxílio externo financeiro e recorreu à sua instituidora, controladora majoritária, Prefeitura Municipal de Bauru. Depois de exposições e deliberações junto àquele órgão, e junto à Camara Municipal de Bauru, que delongaram vários meses e extensas reuniões, a direção da Cia. montou operação garantidora que culminou na redação de uma **minuta de projeto de lei** visando autorizar o **poder executivo a adquirir títulos CVS**, de titularidade do FGTS, mediante financiamento, **para utilização em pagamento de dívidas de operações dos empréstimos habitacionais decursados da COHAB BAURU**, e **garantir operação de financiamento entre ela e a Caixa**, agente operador do FGTS, na aquisição de títulos CVS, de titularidade do FGTS.

Solicitou que a proposta de projeto de lei tivesse a abrangência dos contratos de financiamentos e fosse estudada e se acatada pela

municipalidade, encaminhada à **Câmara Municipal de Bauru**, sob a forma de projeto de lei de autoria do poder executivo, esperando que o processo culminasse na sanção e promulgação da lei autorizadora, por ser esta a **principal condição dentre os requisitos exigidos pelo Conselho Curador do FGTS** para possibilitar o financiamento de obrigações junto ao FGTS em **condições financeiras suportáveis pela Cia.**

A Municipalidade acatou a proposta e editou um Projeto de Lei em 16.08.2009, que, devidamente acompanhado de exposição de motivos, foi enviado para a Câmara Municipal de Bauru. A autorização legislativa é primordial e de vital importância para a aquisição dos créditos de titularidade do FGTS, que serão aplicados na quitação dos saldos devedores residuais de empréstimos habitacionais tomados pela Cia.

As condições financeiras para a negociação do financiamento das dívidas da COHAB BAURU com a intervenção do município, na forma que a lei em voga autorizaria, eram, à época do pedido, mais favoráveis (taxas menores e prazos maiores) do que aquelas que se encontram abertas, atualmente, para a companhia firmar empréstimos de forma solitária. As Resoluções 479 e 512 se mostram mais benéficas permitindo o elastecimento do prazo de financiamento para 12/2026 e juros calculados pela taxa média ponderada dos valores dos contratos envolvidos, equivalendo a 4,148% e implicando em expressiva redução dos encargos da COHAB.

Dentre os objetivos perseguidos com a operação destacam a redução do fluxo de caixa da COHAB BAURU, equalizar a insuficiência de garantias e permitir a liberação das hipotecas caucionadas ao FGTS, pagar a dívida com prazo elastecido e taxa de juros reduzidos, evitar que, na eventualidade da COHAB não conseguir solver suas obrigações perante o FGTS, vir a Municipalidade ser obrigada, por solidariedade, suportar as dívidas e os prejuízos consequentes.

O projeto correu longamente nos trâmites na Câmara Municipal de Bauru, a qual aprovou parcialmente a operação com abrangência aos contratos abaixo citados, no total de R\$ 42.619.619,57. Diante do atraso na solução para o pagamento do retorno dos empréstimos já decursados, a CEF decidiu tomar medidas judiciais e promoveu Ações de Execução por quantia certa contra devedor solvente as quais correm na 1ª Instância da Justiça Federal de Bauru, onde, na data da elaboração da presente Nota Explicativa, permanecem com efeitos de suspensão até que seja emitida Decisão Liminar

do E. TRF da 3ª. Região, ou se ultimem os atos necessários à repactuação da dívida, que serão deflagrados através da Câmara Municipal de Bauru.

O Senhor Prefeito do Município de Bauru com autorização da Câmara Municipal sancionou em 27 de fevereiro de 2014, a Lei Municipal 6.491 que autoriza o Executivo Municipal a (a) adquirir títulos CVS de titularidade do FGTS mediante financiamento, para utilização em pagamento de dívidas da COHAB-BAURU oriundas de operações de empréstimos habitacionais contraídos na qualidade de agente financeiro do Sistema Financeiro da Habitação, bem como (b) garantir operação de financiamento entre a COHAB-BAURU e a CAIXA para aquisição de títulos CVS de titularidade do FGTS, destinados à liquidação de operações de empréstimos habitacionais vencidos e vincendos junto à CAIXA e a operação de parcelamento entre a COHAB-BAURU e CAIXA referente aos débitos com o seguro habitacional, e fixou os limites máximos de R\$ 372.583.361,44 para o item “a” supra, e de R\$ 259.587.272,78 para o item “b” supra, e a operação permanece em fase de análise do Tesouro Nacional, órgão responsável pelo enquadramento da operação junto ao Governo Federal, e diante disto, ficam paralisados todos os procedimentos de cobrança, por parte da CAIXA contra a COHAB-BAURU.

O procedimento legislativo municipal teve seqüência e culminou com a edição da Lei Municipal 6.607/2014 de 25.11.2014, justificando o vulto dos saldos devedores remanescentes dos empreendimentos implantados pela COHAB- BAURU no desenrolar das suas operações sociais, e que a ocorrência do término de prazo contratual, provocou o ajustamento da autorização municipal para realização de uma operação na ordem de R\$ 390.000.000,00, para o item “a”.

3.6. Depuração dos cadastros de prêmios do seguro habitacional do SFH, de responsabilidade da COHAB BAURU: A Cia continua com os procedimentos de depuração cadastral nos saldos do seguro habitacional iniciados em 2008 em função do **Sistema COHAB’s** ter descoberto a existência de problemas advindos, principalmente de dois vetores: (i) por muito tempo o processo de alimentação do sistema era manual dependendo dos recursos da datilografia e faltava, por parte da seguradora, de interpretações tempestivas em relação aos dados alimentados, tendo ocorrido atraso no trânsito dos documentos e instruções, fatores estes que geraram, inclusive, a criação de uma base de dados em quantidade estimada de 5.000 contratos em duplicidade no sistema da Seguradora; (ii) erros havidos na implantação do sistema automatizado do seguro

habitacional nos idos do ano 2000, quando ainda não havia sido implantado o Anexo 16. Disto nasceu a necessidade de aferir o valor real dos débitos para com as Companhias Seguradoras do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação e em 03.11.2008 a Cia decidiu através da Portaria no. 11/2008/DP, realizar a análise dos seus contratos ativos e inativos sob o crivo do Roteiro de análise do Fundo de Compensação de Variações Salariais, preparando-se para adequar os seus saldos credores e devedores e renegociar a dívida contraída com o Sistema do Seguro Habitacional em conformidade com a legislação temporânea, qual seja a Resolução no. 193 de 28.04.2006 e suas modificações, através de uma operação que se denominou “batimento geral do cadastro” da Seguradora com o da Estipulante, obedecendo as normas e as características particulares de cada mutuário.

O processo de depuração cadastral consiste na realização de trabalho técnico de identificação de um total aproximado de 49.000 contratos averbados na Apólice do SH/SFH quanto às seguintes situações: (a) Contratos liquidados por antecipação ou decurso de prazo, cujo cancelamento não foi informado à seguradora, (b) Pagamento indevido por ter havido sinistro e indenização, mas o imóvel permaneceu relacionado no Anexo 16, gerando indevidamente novas contribuições, (c) Existência de Contratos em duplicidade no Anexo 16, (d) Casos de Casas retomadas, onde somente são devidas as contribuições de seguro por danos físicos, e que constam ainda no Anexo 16 pagando contribuições por morte e invalidez, (e) Casos de erros de classificação do mutuário, seja por categoria profissional ou por erro de enquadramento nos planos de financiamento conforme o RA, de reajuste trimestral, que é o correto, para reajuste mensal (f) Retificações que dizem respeito a revisões dos índices adotados pela Seguradora quando dos reajustes de encargos mensais. O processo de depuração envolve as pendências referentes a prêmios de seguro e de regularização dos dados cadastrais do Estipulante e das Seguradoras, para a conciliação entre os valores dos prêmios efetivamente devidos e os valores dos prêmios cobrados mensalmente, e a análise das condições iniciais e alterações contratuais individuais. Diante da falta de normatização desta operação pela CAIXA a Cia decidiu adotar a mesma metodologia preconizada pela CAIXA nos termos das Resoluções CCFCVS; sendo que as tarefas de revisão e reevolução próprias do batimento cadastral são de sua responsabilidade.

Os valores de prêmios de seguro pagos estão sendo comparados, mês a mês, com os valores devidos, apurados na conformidade da revisão até a data de posicionamento da dívida objeto da renegociação, quando será

emitido relatório de divergências que será utilizado pela Cia na renegociação da dívida com a Seguradora, porém, diante do atraso na regulamentação por parte da CAIXA, tais diferenças não são passíveis de serem apontadas e registradas contabilmente.

As negociações do Seguro Social que possui montante em atraso para ser parcelado, e em adiantada fase de negociação e acordo ainda não assinados, do qual a COHAB-BAURU tem, periodicamente, promovido amortizações parciais, sendo que no final do processo será promovido encontro de contas onde a COHAB-BAURU será beneficiada com a liberação dos Seguros Represados, que reduzirá o montante citado neste parágrafo, além do que a COHAB-BAURU está procedendo o “batimento dos seguros”, utilizando as mesmas regras de evolução de contratos em vigor em relação ao FCVS, objetivando a depuração dos saldos devedores, onde os trabalhos em andamento acenam com substancial redução da dívida em função da aplicação de extensa variedade de índices durante toda a vida contratual desde o primeiro conjunto habitacional implantado, e as sucessivas variações no status dos mutuários beneficiados anteriormente pelas coberturas contratuais.

A operação em curso segue os ditames da Resolução 716 do Conselho Curador o FCVS e objetiva o elástico do prazo de pagamento da dívida, com consequência na redução do valor do encargo mensal do retorno, a eliminação da taxa de impontualidade, a extinção das ações já impetradas pela CAIXA contra a COHAB-BAURU e evitar que a Municipalidade local venha ser onerada, na qualidade de controladora majoritária, com os valores em inadimplência e os vincendos, diante da impossibilidade da COHAB-BAURU honrar seus compromissos.

3.7. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os princípios contábeis em vigor.

3.7.1. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.7.2. Passivos contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais,

sempre que a perda for avaliada dentro da opinião dos juristas da Cia como provável, quando poderia ocasionar uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.8. Obrigações legais: decorrem de obrigações tributárias, e têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

3.9. Resultado: apurado pelo regime de competência.

3.10. Demonstração dos fluxos de caixa: demonstração dos fluxos de caixa elaborada pelo método indireto, partindo das informações contábeis e considerando as principais operações com influência nas disponibilidades.

3.11. Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros ativos e passivos (caixa, bancos, aplicações financeiras, demais contas a receber e a pagar) registrados a valores contábeis.

3.12. Redução ao valor recuperável de ativos: A companhia avaliou a recuperabilidade dos seus ativos – teste de impairment - com a finalidade de se adequar às Leis 11.638/2007, CPC 01, CPC 27 e demais normas vigentes. A avaliação visa assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda.

3.13. Ajuste a Valor Presente: Pronunciamento Técnico CPC 12, estabelece os requisitos básicos a serem observados na apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo na elaboração de demonstrações contábeis. Enquadram-se na análise as contas representativas dos **valores a receber de mutuários** e dos **valores a retornar à CEF**, que estão devidamente suportadas em **contas analíticas individuais**, para cada **empreendimento**, no caso dos valores a receber de mutuários e **cada contrato**, no caso dos financiamentos com recursos da CEF ou outro órgão concedente. Os saldos apresentados em cada conta, de empreendimento ou contrato de retorno a CEF, representam o **saldo devedor (estado da dívida)** na data de encerramento de cada exercício social, ou balancete periódico, acrescido dos encargos financeiros de juros, atualizações ou mora relativos a cada exercício (período), pelo regime de competência, seguindo as instruções determinadas pela Instrução COS/BNH/ID 03/75.

No seu item 11, o CPC 12 preceitua em relação aos empréstimos e financiamentos subsidiados, que cabem considerações sobre a especificidade

da atividade. No caso das COHABS, face às particularidades da operação, com o crédito concedido por apenas um único ente governamental – Caixa – não há mercado consolidado para este tipo de dívidas de longo prazo no Brasil, as quais se sujeitam às regras impostas pelo Governo Federal, fugindo desta forma das regras do mercado livre, excetuando-se então às regras impostas pelo CPC 12, a qual não é aplicável no caso das carteiras imobiliárias ativas e passivas.

Conforme se comprova pelas notas 3.5, e 4.22, a Cia está na fase de retorno dos empréstimos que foram concedidos pelo extinto BNH e em seguida pela CEF, e provendo a administração da carteira subsequente que é o recebimento dos seus mutuários, não existindo efetivo mercado competitivo destes tipos de crédito de longo prazo no Brasil para passivos nem para os ativos correspondentes.

Em outro prisma, analisando a essência, constata-se que inexiste a incorporação de encargos futuros nas prestações vincendas – ativas e passivas, e os saldos em 31 de dezembro refletem tão somente a variação até aquela data. Assim as operações praticadas pela Cia não estão contempladas no CPC 12 nem sujeitas à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que tais empréstimos e financiamentos já estão sujeitos.

3.14. FCVS a receber: Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) criado pela Resolução 25, do Conselho de Administração do BNH em 16/6/1967, transferido para a CAIXA, BACEN, Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente e Ministério da Fazenda, **tem por finalidade** (i) garantir o limite de prazo para amortização das dívidas dos financiamentos habitacionais, contraídas pelos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH); (ii) assumirem nome do devedor, os descontos concedidos nas liquidações antecipadas e nas transferências de contratos de financiamento habitacional; e (iii) garantir o equilíbrio da Apólice de Seguro Habitacional relativo aos contratos firmados com a CAIXA, datados até 23/4/1993, Lei 8.692/93. Saldos estão atualizados até a data do balanço pela variação da UP (unidade padrão); e sua realização está vinculada ao cumprimento da formalização da documentação dos processos que envolvem as fases de habilitação, homologação e controle das restituições, através da CAIXA. Os saldos contábeis representam os descontos concedidos pela Cia. aos seus mutuários. Por consequência, a diferença global entre o total concedido e o total em habilitação; ainda pendente nas rotinas do roteiro de análise da CEF pode representar lucro ou prejuízo para a Cia, sendo que tais valores não são mensuráveis e

somente serão conhecidos quando do término da análise da CAIXA. Por ser uma rotina externa à Cia, esta não tem condições de apurar valores que permitam cumprir o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3.15. FCVS - Contribuição trimestral: Por isenção do artigo 12 da Lei 10.150, de 21/12/2000, a Companhia, desde 1º de janeiro de 2001, deixou de recolher as contribuições trimestrais ao FCVS, e as contribuições trimestrais devidas e não recolhidas ao FCVS referentes às competências compreendidas entre o 4º trimestre de 1986 e o 4º trimestre de 2000 foram atualizadas mensalmente pela variação da Taxa Referencial (TR), com acréscimo de juros de 0,5% ao mês, que será motivo de futuro encontro de contas.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE CONTÁBEIS (4)

4.1. Caixa e equivalentes de Caixa

A conta Caixa representa os numerários em espécie relativos a descaixe de pequena monta, contas bancárias que aglutinam os recursos disponíveis, numerários em trânsito e cheques em trânsito. Os equivalentes de caixa estão representados pelas aplicações financeiras contratadas com a CEF e são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Caixa e Equivalentes de caixa	31/12/2016	31/12/2015
Caixas	24.708,54	41.109,08
Depósitos Bancários à Vista	36.414,95	37.149,92
Bancos Conta Vinculada a Contratos	21.027,82	21.027,82
Cheques Emitidos	-	-
Numerário em Transito	-	-
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	236.074,88	1.979.953,06
Títulos, Valores Imobiliários e Depósitos	1.663.544,02	1.559.554,81
Total	1.981.770,21	3.638.794,69

4.2. Prestações a receber

Registra as parcelas emitidas contra os mutuários, bem como a projeção para as amortizações a serem realizadas pelos mutuários nos próximos 12 meses, e os acordos por parcelamentos incluem os encargos de juros e mora até a data da assinatura do contrato de parcelamento. Os saldos representam os valores a receber de mutuários, pelos contratos com compromisso de compra e venda das unidades pelo SFH, deduzidos da Provisão para Perdas com Recebimento, contudo, no exercício de 2016 não

foi constituída visto a remota possibilidade de perdas no recebimento de crédito conforme parecer do setor jurídico da Cia. Os saldos sofrem influência das particularidades do funcionamento do Sistema Habitacional, excessivas modificações impostas pelo Governo Federal na política da Habitação Popular; e decisões judiciais relativas a mutuários inadimplentes que requerem revisão dos valores mensais ou acumulados, daqueles que faleceram, e dos que promovem repactuação de suas dívidas Esta influência no valor contábil e teórico da Carteira de Valores a Receber de Mutuários pode acarretar ajustes de exercícios anteriores, e por dependerem de eventos e decisões de ordem externa, não são passíveis de mensuração. Nas prestações vencidas, os encargos de mora são apropriados em contrapartida do resultado do exercício quando do efetivo recebimento. As prestações vencidas a mais de dois anos são classificadas no ativo não circulante.

Portanto, para o exercício em referência foi realizado reconhecimento da recuperação de crédito face a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com a NBC TG N^o 48, CPC 48, Lei n^o 6.404/76, art.183, i, "b", Decreto n^o 3000/99, art.340, iii, art.341, ii, relatório de inadimplência do mês de dezembro de 2016 e protocolo interno n^o 807 de 19/04/2017.

PRESTAÇÕES A RECEBER	31/12/2016	31/12/2015
Prestações a Receber	159.015.680,41	176.711.545,74
Provisão Perdas com Recebimentos de Créditos	-	(25.034.766,38)
Total	159.015.680,41	151.676.779,36

4.3. Impostos a Recuperar

Trata-se de valores (tributos recolhidos e não compensados) utilizados para compensação de pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social através de PerDcomp.

IMPOSTOS A RECUPERAR	31/12/2016	31/12/2015
IR Pago a maior	-	187.612,21
IR - Folha de pagamento	4.419,44	3.946,99
CSL Paga a maior	-	84.770,73
IR - Outros Pagamentos	362,32	324,13
IR - Saldo Negativo	278.328,49	306.090,79
CSL - Saldo Negativo	80,66	223,70
Contribuições Retidas a Compensar	25,48	22,83
Total	283.216,39	582.991,38

4.4. Seguros represados – Indenizações de sinistros a receber

Valores a receber da Seguradora, pelas ocorrências de morte e invalidez de mutuários, saldos dos valores de sinistros ainda não quitados pela Seguradora por existir atraso da Cia no pagamento das contribuições mensais, os quais comporão um futuro encontro de contas após processo de depuração do valor da dívida. Os créditos estão sendo depurados – Nota 3.6– com os valores devidos pela Cia a título de contribuições mensais.

INDENIZAÇÕES RECEBER - SEGURADORA	31/12/2016	31/12/2015
Indenizações a Receber	76.828.774,78	71.590.552,80
Total	76.828.774,78	71.590.552,80

4.5. Outros Valores Realizáveis em Curto Prazo – Parte

Representam os saldos das contas transitórias operacionais e outras de pequenos valores.

OUTROS VALORES CURTO PRAZO	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos	93.641,34	62.927,03
Movimentação Seguro	8.064,72	7.905,18
Valores a Receber FGTS	20.361,31	27.326,66
Estoques	32.237,96	22.487,20
Despesas Antecipadas	21.109,49	20.110,83
Total	175.414,82	140.756,90

4.6. Adiantamentos a Construtoras

Adiantamento Processo Construtoras	31/12/2016	31/12/2015
Sancarlo Engenharia Ltda	-	5.055.000,00
Jakef Engenharia e Comércio Ltda.	7.350.000,00	5.250.000,00
Indenização Jaboticabal/SP	1.049.425,24	1.049.425,24
Total	8.399.425,24	11.354.425,24

4.6.1. Sancarlo Engenharia Ltda.

O acordo com a empresa Sancarlo Engenharia Ltda. foi homologado no dia 10.10.2016 e, por ora, encontra-se com execução suspensa. Os valores constantes no quadro representam os saldos dos depósitos efetuados conforme acordo preliminar constante dos autos – Processo 1841/2006 - onde a construtora requereu o sobrestamento do feito muito embora tenha recebido decisão favorável da Justiça Estadual. A Cia. depositou até

31.12.2016 o valor de R\$ 5.855.000,00, faltando ainda para ser pago o valor R\$ 6.553.339,67, que conforme acordo realizado, receberá atualizações à taxa de 1% ao mês. Vide Nota 4.21 que complementa o assunto.

4.6.2. Jakef Engenharia e Comércio Ltda.

Representam os saldos dos depósitos efetuados conforme acordo e andamento onde a Cia depositou até 31.12.2016 o valor de R\$ 7.350.000,00.

4.6.3. Adiantamentos Diversos – Indenização Jaboticabal

Representam os saldos dos depósitos efetuados antecipadamente em virtude de discussão de cálculo de valores para definição e realização de acordo judicial – Processo 0897/99 - onde a Cia depositou até 31.12.2016 o valor de R\$ 1.049.425,24.

4.7. Convênio celebrado com a Construtora Jakef

Representam os valores a receber da Construtora Jakef, pela prestação de serviços de assessoria na montagem de pastas de interessados em conjuntos habitacionais em função de Convênio datado de 12.01.1994. Houve condenação contra a construtora em 18.03/2004 no valor de R\$ 661.582,02, acrescido de juros de mora, correção monetária, multa de 1%, indenização de 10% e honorários de sucumbência, tendo havido Recurso por parte da ré, que foi negado em 18.08.2010, e decisão em apelação datada de 04.04.2011, diga a autora (Cia).

CONSTRUTORA JAKEF	31/12/2016	31/12/2015
Convenio Construtora Jakef	181.403,26	181.403,26
Total	181.403,26	181.403,26

4.8. Valores tributários a recuperar – Imposto de Renda e Contribuição Social

Representam os valores recolhidos a título de imposto de renda e contribuição social que foram motivo de indeferimento de compensação pela Receita Federal e a Cia promoveu nova PerdComp e solicitou a restituição do valor.

IMPOSTOS A RECUPERAR EM FASE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda e Contribuição Social	940.932,92	863.820,88
Total	940.932,92	863.820,88

4.9. Outros Valores Ativos a Realizar

Representam os valores recebidos de mutuários e já amortizados, aguardando repasse da instituição financeira no mês seguinte ao da operação. Os valores bloqueados judicialmente e em auto de penhora, aguardam decisão judicial para fins de desbloqueio e destinação.

OUTROS ATIVOS A REALIZAR	31/12/2016	31/12/2015
Auto de Penhora/Bloqueio Judicial	203.807,08	159.136,73
Prestações Amortizadas e Não Destinadas	139.820,06	242.050,58
Diversos	7.262,37	22.453,63
Total	350.889,51	423.640,94

4.10. Devedores por vendas compromissadas com recebimento de Longo Prazo

Representam os saldos a receber dos mutuários, vinculados aos contratos com compromisso de compra e venda das unidades habitacionais, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), cuja amortização é feita em prazos de até 30 anos, resgatáveis em prestações mensais, atualizadas com base na variação da UPR (unidade padrão do real).

DEVEDORES A RECEBER LONGO PRAZO	31/12/2016	31/12/2015
Devedores por Vendas Compromissadas	114.938.302,66	108.390.515,00
Prestações a Receber	20.199.940,99	21.982.226,42
Total	135.138.243,65	130.372.741,42

4.11. Terrenos e Bens Imóveis disponíveis para Comercialização

Compreendem imóveis desapropriados, retomados, adquiridos ou glebas recebidas em doação para futura urbanização. São registrados ao custo de aquisição ou valor simbólico nos casos de doações e acrescidos dos valores de benfeitorias efetuadas. Os valores dos terrenos foram alterados devido à atribuição do *deemed cost* – custo atribuído, face à adoção das Normas Internacionais de

Contabilidade.

BENS IMÓVEIS	31/12/2016	31/12/2015
Bens Imóveis Disponíveis Comercialização	5.948.111,09	8.780.961,89
Terrenos	96.143.390,00	2.459,15
Total	102.091.501,09	8.783.421,04

4.12. FCVS a receber

Trata dos saldos de descontos concedidos aos mutuários em cumprimento a legislação do FCVS em processos habilitados perante o FCVS e distribuídos nas diversas fases de análise por parte daquele órgão (homologados, em análise, em recurso para revisão das negativas de cobertura).

FCVS A RECEBER	31/12/2016	31/12/2015
Resol. CEF 1448/88 30% (FCVS)	-	-
FCVS a Receber - GCI	365.464.578,48	357.850.064,28
FCVS a Receber - CEF/GIFUG	173.908.395,59	151.703.780,52
(-) Provisão Processos c/Negativa Cobertura	(13.866.184,33)	(12.176.659,32)
Total	525.506.789,74	497.377.185,48

4.13. Outros Valores a Receber em Longo Prazo

Grupo de contas destinado a registrar:

Outros Valores em Longo Prazo	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos Judiciais	383.080,61	364.915,37
Contratos/Acordos Firmados pela COHAB	7.610.784,24	7.639.243,48
Ações de Regresso	378.930,69	378.930,69
Ação Civil Publica - Vila Tecnológica	478.677,81	471.452,97
Ação Civil Publica - Quinta da Bela Vista	-	-
Total	8.851.473,35	8.854.542,51

4.14. Imobilizado / Intangível

Registrado ao custo de aquisição e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação / amortização é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fiscais permitidas.

Os valores das contas Edificações – Imóveis da Cia – Reavaliação e Terrenos – Imóveis da Cia – Reavaliação foram reclassificados de acordo com as normas internacionais adotadas ao Ativo Imobilizado e sofreram Ajuste de Avaliação Patrimonial.

IMOBILIZADO	31/12/2016	31/12/2015
Maquinas, Aparelhos e Equip Construção	-	236,84
Móveis e Utensílios, Maquinas e Equip Escritório	507.812,41	594.933,95
Instalações de Escritório	41.650,87	121.081,11
Biblioteca e Materiais Correlatos	4.138,13	11.962,20
Veiculos	369.478,33	365.062,38
Computadores e Periféricos	940.354,61	1.020.506,25
Edificações - Imóveis da Cia - Reavaliação	-	1.471.965,84
Terrenos - Imóveis da Cia - Reavaliação	-	7.847.028,86
Outros Imóveis da Cia	9.731.900,00	104.831,13
(-) Depreciação Acumulada	(1.755.234,51)	(2.380.601,50)
Total	9.840.099,84	9.157.007,06

INTANGÍVEL	31/12/2016	31/12/2015
Direitos de Uso	13.042,38	23.643,61
Aquisições de software	276.600,91	211.993,15
(-) Amortização acumulada	-197.670,42	-180.244,91
Total	91.972,87	55.391,85

4.14.1 Teste de Impairment

O teste de *impairment* visa assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda conforme CPC 01.

4.14.1.1 Imobilizado

Os testes de *impairment* foram efetuados pelo Método de Custo e Método Comparativo. Foram considerados o valor líquido de venda dos bens e o estado atual dos ativos avaliados, que demonstraram que o valor recuperável dos ativos imobilizados é superior ao valor contábil. Sendo assim, nenhuma perda por impairment no imobilizado foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

4.14.1.2 Intangível

Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo seu custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada. O valor contábil do bem intangível - “direitos de uso”, foi reduzido ao seu valor recuperável através do reconhecimento de uma perda por impairment no valor de R\$ 10.601,23, em função de adequação dos valores do ativo aos valores de mercado. Essa perda foi registrada como “Perda p/redução ao valor recuperável”.

4.14.2 Deemed Cost

O deemed cost - custo atribuído - foi reconhecido no Ativo Permanente – Edificações e Terrenos -, conforme as normas contábeis internacionais emitidas pela IASB (IFRS 1, itens D5 a D8) e de acordo com a NBC TG 37, itens 30, D5 e D7.

4.15. Fornecedores e Prestadores de Serviço

Tratam dos saldos de fornecedores de materiais e de serviço aplicados nas operações sociais.

FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores e Prestadores de Serviço	243.846,21	210.916,99
Total	243.846,21	210.916,99

4.16. Transações e saldos com parte relacionada

Trata-se de grupo de contas utilizadas no registro das transações da COHAB BAURU envolvendo a sua principal acionista, Prefeitura Municipal de BAURU. O valor de R\$ 5.629.920,77 é devido à Municipalidade local a título de IPTU, os quais são corrigidos mensalmente pela variação da IPCA.

TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS - PMB	31/12/2016	31/12/2015
ATIVAS		
Registro de Loteamento	29.231,90	28.652,31
IPTU a Recuperar	-	-
Convenio PMB Desfavelamento	259.235,91	254.095,49
Convenio 22/96 Projeto Vila Olimpia	29.199,91	28.620,94
Convenio PMB Mutirão Leão XI	102.915,26	100.874,58
PM Bauru - Licitação/Carta Convite	15.453,73	15.147,35
Total Transações Ativas	436.036,71	427.390,67
PASSIVAS	31/12/2016	31/12/2015
Vale Compra	841.128,89	824.449,90
Combustíveis	145.455,97	142.571,74
IPTU em Atraso	5.629.920,77	5.799.256,84
Energização de Conjuntos Habitacionais	343.742,83	336.926,70
IPTU Compensados	-	-
Contribuição de Melhoria	-	-
Total Transações Passivas	6.960.248,46	7.103.205,18

4.17. Impostos e Obrigações Fiscais e Sociais

IMPOSTOS, OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	31/12/2016	31/12/2015
Impostos, Contribuições e Consignações a Recolher	3.031.053,61	728.390,58
Obrigações Relativas a Empregados	-	-
Provisão Férias e Encargos	760.132,80	1.417.609,19
TOTAIS	3.791.186,41	2.145.999,77

4.18. Obrigações por Empréstimo – Parte do Curto Prazo

Trata da parcela dos empréstimos habitacionais vincenda no próximo exercício.

OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por Empréstimos	8.586.904,32	10.516.225,80
Total	8.586.904,32	10.516.225,80

4.19. Seguro Habitacional

Trata da dívida com o Seguro Habitacional em fase de depuração e renegociação. Vide nota 3.6.

SEGURO HABITACIONAL	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios Seguros a Pagar	117.378.125,41	112.810.387,16
Total	117.378.125,41	112.810.387,16

4.20. Dívidas com o FCVS

Trata da dívida com o FCVS que será compensada com os valores habilitados em encontro de contas. Vide nota 3.15.

DÍVIDAS COM O FCVS	31/12/2016	31/12/2015
Fcvs Trimestral a Recolher	20.525.372,50	20.118.367,81
Fcvs Mensal a Recolher	1.364,81	2.332,47
Total	20.526.737,31	20.120.700,28

4.21. Outros Valores Passivos de Curto Prazo

Trata da taxa de apoio comunitário, bem como o registro do Acordo celebrado com as construtoras Sancarlo Engenharia Ltda. e Jakef Engenharia e Comercio Ltda. quando da paralisação da execução. Vide nota 4.6.

OUTROS VALORES A CURTO PRAZO	31/12/2016	31/12/2015
Taxa Apoio Comunitário	313.934,01	307.712,89
Outros Exigíveis Curto Prazo	89,38	1.856,45
Acordo Judicial - Sancarlo Engenharia Ltda	6.553.339,67	5.055.000,00
Acordo Judicial - Jakef Engenharia e Comércio Ltda.	7.350.000,00	5.250.000,00
Total	14.217.363,06	10.614.569,34

4.22. Dívidas Habitacionais do Passivo Não Circulante

4.22.1. O valor de R\$ 910.413.993,51 representa as obrigações de retorno do Sistema Habitacional e registra os valores dos empréstimos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), e outras verbas congêneres, destinadas à construção de conjuntos habitacionais, para repasse aos mutuários finais, através do agente COHAB BAURU. Vide Notas 3.5.

4.22.2. O valor de R\$ 8.949.537,51 representa a conta de valores devidos a título de Bônus (Decreto-Lei 2164/84), concedidos proporcionalmente aos valores das prestações mensais vencidas, e efetivamente pagas, de 1º/10/1984 a 30/09/1985, aos mutuários em dia com as obrigações contratuais. Os bônus foram emitidos pelos Agentes Financeiros e os valores transformaram-se em crédito junto ao antigo BNH, para resgate no prazo máximo de cinco anos a contar de Jan/86; em parcelas mensais com juros remuneratórios limitados a 7% ao ano; acrescidos de correção monetária trimestral de acordo com a variação da UPC. Com o propósito de não prejudicar as operações de crédito já contratadas, cujo retorno poderia ficar inviabilizado com o ônus da emissão dos bônus habitacionais pelos Agentes Financeiros, sem o devido lastro financeiro, o BNH com base no que estabelecia o subitem 1.4.2 da Res. Dir. 19/84, concedeu adiantamentos aos Agentes, por conta do futuro resgate dos bônus utilizados. Os valores dos Bônus Habitacionais foram registrados na contabilidade, como obrigações, e são atualizados mensalmente pela variação da UPF mais juros.

EMPRÉSTIMOS HABITACIONAIS - RETORNO	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos da CEF - Fase de Retorno	910.413.993,51	866.541.976,18
Credores por Recursos Vinculados	8.949.537,51	8.220.188,35
Total	919.363.531,02	874.762.164,53

4.23. Contingências provisões e ações judiciais

Ações judiciais impetradas contra a Cia, em fase de andamento processual de primeira, e segunda instâncias, cíveis e tributários nos foros: Federal e Estadual, das quais a Administração constituiu provisão contábil, onde os processos se encontram pendentes de julgamento, sujeitos às incertezas

circunstanciais e processuais. Constituição de Provisões para Perdas com Ações Judiciais, em função da possibilidade de Perda, conforme julgamento do Departamento Jurídico da Cia através de relatórios.

PROVISÕES LEGAIS	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Contencioso Trabalhista	166.000,00	181.529,00
Provisão Perdas Ações Mutuários Contra COHAB	4.884.277,53	4.571.549,00
Provisão Perdas Ações Fiscais contra COHAB	4.716.685,78	2.883.257,96
Provisão para Perdas Ações Construtoras - Diversas	4.160.543,34	4.160.543,34
Provisão para Perdas com Ações Federais - Diversas	3.162.721,08	4.250.425,12
Provisão para Perdas Ações Cíveis Publicas - Diversas	3.068.101,28	3.059.198,15
Total	20.158.329,01	19.106.502,57

Quanto às ações promovidas por construtoras por contrato de empreitada global de seus conjuntos habitacionais que reclamam – na Justiça Federal - diferenças advindas do atraso no desembolso e quitação das parcelas contratuais na época de grande mutação inflacionária, a Cia chamou, por solidariedade, a CEF à lide pelo motivo de que tais atrasos ocorreram por atraso por parte da CEF no cumprimento do cronograma financeiro, onde os processos, que já passaram pela fase pericial pendem de decisão do Tribunal, o que ocasiona incerteza quanto à decisão e valoração. O assunto já foi julgado de forma parcial, em ações onde foi determinada a responsabilidade da CAIXA na lide, e o assunto está sendo objeto de negociação direta entre as construtoras e a CAIXA, inclusive quanto à decisão da Justiça Estadual, sendo que existem casos que estão com o andamento sobrestado a pedido da autora. Vide Notas 4.6 e 4.21.

4.24. Outras Dívidas Fiscais

IRPJ e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE REAVALIAÇÃO

Saldo de tributos incidentes sobre reavaliação que estão sendo realizados a cada exercício.

OUTRAS DIVIDAS FISCAIS	31/12/2016	31/12/2015
Imposto Renda e Contribuição Social Reav. Diferidos	217.405,81	233.244,25
Total	217.405,81	233.244,25

4.25. Outros Valores Exigíveis de Longo Prazo

Trata de cauções de conjuntos habitacionais retidos sobre os valores pagos no faturamento para as Construtoras Schaim Cury, Cojan Engenharia Ltda. e Almeida Marin em relação a conjuntos habitacionais BAURU XVIII e XVII, as quais entregaram as obras entre os anos de 1988 e 1990, mas tiveram valores retidos pela instauração de Ação Civil Pública em 3/out/1995 –

Processo 1786/95 - por parte dos mutuários, contra as construtoras, em função de problemas nas construções, não sanados pelas construtoras, o qual permanece em fase de recurso no TRF3.

OUTROS VALORES LONGO PRAZO	31/12/2016	31/12/2015
Outros Valores Exigíveis Longo Prazo	2.248.397,66	2.074.803,76
Total	2.248.397,66	2.074.803,76

4.26. Receitas Diferidas

Trata de Juros Contratuais de conjuntos habitacionais no valor de R\$ 664.232,7, e de Receitas Futuras a receber da EMDURB MARÍLIA, a qual foi condenada em Ação de Desapropriação, pendendo o valor de R\$ 1.073.578,47.

RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Diferidas	1.737.811,17	1.646.895,10
Total	1.737.811,17	1.646.895,10

4.27. Patrimônio Líquido/Passivo a Descoberto

4.27.1 Capital social

O Capital atual da Companhia é de R\$ 4.500.000,00, totalmente subscrito e Integralizado é representado por ações ordinárias e nominativas sem valor nominal, com participação majoritária da Prefeitura Municipal de Bauru.

PASSIVO A DESCOBERTO	31/12/2016	31/12/2015
Capital Subscrito e Realizado	4.500.000,00	4.500.000,00
Reservas de Capital		
Reserva para Participação em Incentivos Fiscais	16.591,74	16.591,74
Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Reserva de Reavaliação de Edificações	678.952,89	728.360,01
Reserva de Reavaliação de Terrenos	6.391.300,30	6.781.526,17
(-) Impostos s/ Reavaliações	-217.405,81	-233.244,25
Total das Reservas de Reavaliação	6.852.847,38	7.276.641,93
Terrenos	93.618.883,86	-
Edificações	3.045.398,92	
Impostos Diferidos	(24.631.346,98)	
Total Ajuste de Avaliação Patrimonial	72.032.935,80	-
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	69.101,29	69.101,29
Prejuízos Acumulados		
De Exercícios Anteriores	-178.202.771,70	-137.396.656,80
Do Exercício Corrente	-16.487.264,46	-41.304.919,89
Total dos Prejuízos Acumulados	(194.690.036,16)	(178.701.576,69)
Total do Passivo a Descoberto	(111.218.559,95)	(166.839.241,73)

4.27.2 Passivo a Descoberto

A composição do Patrimônio Líquido da Cia em 31.12.2016 apresentou saldo do Passivo a Descoberto, representado principalmente pela apropriação dos Juros de Mora devidos à CAIXA conhecidos como Taxa de Impontualidade pelo atraso no resgate (Retorno) dos Empréstimos Habitacionais decursados, os quais estão em fase de renegociação. Houveram casos de negociação entre a CAIXA e outros agentes onde a CAIXA concedeu dispensa isentando de parte da Taxa de Impontualidade, e a Cia está discutindo esta possibilidade – já arguida nas atuais negociações, e mediante fase de apuração de valor da renegociação com aplicação da referida isenção.

Os valores das contas Edificações e Terrenos foram reclassificados a Ajuste de Avaliação Patrimonial de acordo com as normas internacionais adotadas ao Ativo Imobilizado e seus efeitos tributários diferidos.

4.28. Cobertura de Seguros

A Cia contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos.

4.29. Receitas do Exercício

A Companhia viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, à medida em que ocorreu o chamado “término de prazo” nos contratos celebrados com os mutuários que terminaram de quitar seus planos ou que tiveram amortizadas todas as parcelas contratuais.

Receita de Atividades Operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Financeiras	9.621.597,48	10.175.766,00
Receitas de Comercialização	45.692,60	-
Receitas na Gestão de Créditos	26.180.063,35	1.509.530,03
Variações Monetárias Ativas	36.390.893,04	41.408.254,76
Reversão de Provisões	1.103.233,04	2.608.904,76
Total das Receitas	73.341.479,51	55.702.455,55

4.30. Despesas de Atividades Operacionais

As Despesas de Atividades Operacionais foram sobrecarregadas no exercício em função dos juros contratuais sobre empréstimos da CEF para habitação:

DESPESAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Financeiras	-46.351.629,53	-50.495.029,34
Despesas de Comercialização	-85.747,11	-149.895,82
Despesas na Gestão de Crédito	-743.190,72	-717.466,60
Variações Monetárias Passivas	-15.019.679,06	-30.059.675,94
Despesas Tributárias	-502.542,35	-
Total	(62.702.788,77)	(81.422.067,70)

4.31. Despesas Administrativas do Exercício

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Pessoal	-8.697.481,63	-7.682.375,77
Despesas com Encargos Sociais	-4.460.900,71	-2.155.657,72
Despesas com Serviços de Terceiros	-1.583.950,46	-1.541.470,53
Despesas com Materiais	-152.580,59	-132.793,03
Despesas com Encargos Diversos	-2.899.002,65	-661.648,75
Total Despesas Administrativas	(17.793.916,04)	(12.173.945,80)

4.32. Resultado Líquido do Exercício Ajustado

O Resultado Líquido do Exercício Ajustado pela exclusão da Taxa de Impontualidade apresenta um prejuízo na ordem de R\$ 16.487.264,46, o qual deve ser lido em conjunto com a NE 4.27.2.

OUTRAS DIVULGAÇÕES (5)

5.1. Prejuízos fiscais

De acordo com a legislação fiscal atual, a Cia possui prejuízos fiscais para compensação futura, posicionados em 31/12/2016, com o imposto de renda pessoa jurídica, no valor de R\$ 200.963.928,31, e a Base Negativa da CSLL no valor de R\$ 201.723.812,10.

5.2. Parecer da Auditoria Independente

Até o momento da publicação das Demonstrações Financeiras, não foi entregue o parecer da auditoria independente contratada uma vez que o mesmo encontra-se em processo de finalização e tão logo seja disponibilizado pela referida empresa será dada a devida publicidade por esta Cia.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Cohab – Companhia de Habitação Popular de Bauru, relativos ao Exercício de 2016, nos termos estabelecidos pela legislação pertinente.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31/12/2016

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU C.N.P.J. (MF) 45.010.071/0001-03 BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		
ATIVO	EM 31/12/16 R\$	EM 31/12/15 R\$
CIRCULANTE		
Caixa.....	24.708,54	41.109,08
Depósitos Bancários à Vista.....	57.442,77	58.177,74
Cheques Emitidos	0,00	0,00
Disponibilidade em Trânsito.....	0,00	0,00
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	236.074,88	1.979.953,06
Títulos, Valores Mobiliários e Depósitos	1.663.544,02	1.559.554,81
Adiantamentos	8.493.066,58	11.417.352,27
Movimentação de Seguro - SFH	8.064,72	7.905,18
Prestações à Receber	159.015.680,41	151.676.779,36
Valores a Receber do FGTS	20.361,31	27.326,66
Indenizações à Receber da Seguradora	76.828.774,78	71.590.552,80
Impostos e Contribuições a Recuperar	283.216,39	582.991,38
Estoques	32.237,96	22.487,20
Valores Devedores Transitórios	0,00	0,00
Despesas Antecipadas	21.109,49	20.110,83
Outros Valores Realizáveis à Curto Prazo	1.534.489,65	1.520.060,59
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	248.218.771,50	240.504.360,96
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL À LONGO PRAZO		
Devedores Por Vendas Compromissadas	114.938.302,66	108.390.515,00
Bens Imóveis Disponíveis para Comercialização	5.948.111,09	8.780.961,89
Projetos em Fase de Desenvolvimento	0,00	0,00
Terrenos	96.143.390,00	2.459,15
Títulos, Valores Mobiliários e Depósitos	0,00	0,00
Prestações à Receber.....	20.199.940,99	21.982.226,42
Outros Valores Realizáveis à Longo Prazo.....	535.185.422,04	507.050.240,90
TOTAL DO REALIZÁVEL À LONGO PRAZO.....	772.415.166,78	646.206.403,36
INVESTIMENTOS		
Participação em Outras Empresas.....	994,64	994,64
Participação por Incentivos Fiscais.....	3.881,05	3.881,05
TOTAL DOS INVESTIMENTOS.....	4.875,69	4.875,69
IMOBILIZADO		
Máquinas, Aparelhos e Equip. Constr.....	0,00	236,84
Móveis, Utensílios, Maquinas e Equip. Escritório.....	507.812,41	594.933,95
Instalações de Escritório.....	41.650,87	121.081,11
Biblioteca e Materiais Correlatos.....	4.138,13	11.962,20
Veículos.....	369.478,33	365.062,38
Computadores e Periféricos.....	940.354,61	1.020.506,25
Edificações - Imóveis da Cia. - Reavaliado.....	0,00	1.471.965,84
Terrenos - Imóveis da Cia. - Reavaliado.....	0,00	7.847.028,86
Outros Imóveis da Cia.....	9.731.900,00	104.831,13
Imobilizado em Andamento.....	0,00	0,00
Menos: Depreciações Acumuladas.....	-1.755.234,51	-2.380.601,50
TOTAL DO IMOBILIZADO	9.840.099,84	9.157.007,06
INTANGÍVEL		
Direito de Uso.....	13.042,38	23.643,61
Aquisição de Softwares.....	276.600,91	211.993,15
Menos: Amortizações Acumuladas.....	-197.670,42	-180.224,91
TOTAL DO INTANGÍVEL.....	91.972,87	55.411,85
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	782.352.115,18	655.423.697,96
TOTAL DO ATIVO	1.030.570.886,68	895.928.058,92

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU C.N.P.J. (MF) 45.010.071/0001-03 BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		
PASSIVO	EM 31/12/16 R\$	EM 31/12/15 R\$
CIRCULANTE		
Fornecedores e Prestadores de Serviços.....	7.328.531,21	7.427.614,83
Impostos, Contribuições e Consignações à Recolher.....	3.031.053,61	728.390,58
Obrigações Relativas a Empregados	0,00	0,00
Provisões	760.132,80	1.417.609,19
Obrigações por Empréstimos	8.586.904,32	10.516.225,80
Recebimentos p/Amortização de Dívidas.....	120.809,93	81.990,81
Receb. p/Cta. de Sinistro, L. Antecip. e Amort. Extraordinária.....	105.603,79	32.314,17
Prêmios de Seguros à Pagar.....	117.378.125,41	112.810.387,16
Valores à Transferir ao Mutuário.....	1.025.320,52	1.006.459,42
Créditos à Repassar.....	0,00	0,00
FCVS à Recolher	20.526.737,31	20.120.700,28
Valores Credores Transitórios	0,00	0,00
Adiantamento TOC - Taxa de Ocupação	352.043,02	187.429,26
Outros Valores Exigíveis à Curto Prazo.....	14.217.363,06	10.614.569,34
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE.....	173.432.624,98	164.943.690,44
NÃO CIRCULANTE		
PASSIVO EXIGÍVEL À LONGO PRAZO		
Empréstimos da CEF - Fase de Retorno	910.413.993,51	866.541.976,18
Credores por Recursos Vinculados.....	8.949.537,51	8.220.188,35
Provisão para Contencioso Trabalhista.....	166.000,00	181.529,00
Provisão para Perdas c/Ações Judiciais/Contratos/Acordos	0,00	0,00
Provisão para Perdas c/Ações Mutuários contra a Cohab	4.884.277,53	4.571.549,00
Provisão para Perdas c/Ações Fiscais contra a Cohab.....	4.716.685,78	2.883.257,96
Provisão para Perdas c/Ações Construtoras contra a Cohab.....	4.160.543,34	4.160.543,34
Provisão para Perdas c/Ações Federais contra a Cohab.....	3.162.721,08	4.250.425,12
Provisão para Perdas c/Ações Cíveis Publicas contra a Cohab.....	3.068.101,28	3.059.198,15
Receitas Diferidas	1.737.811,17	1.646.895,10
Provisão para IR e CS Diferidos	24.848.752,79	233.244,25
Outros Valores Exigíveis à Longo Prazo	2.248.397,66	2.074.803,76
TOTAL DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	968.356.821,65	897.823.610,21
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	968.356.821,65	897.823.610,21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		
Capital Social		
Capital Subscrito e Realizado	4.500.000,00	4.500.000,00
Reservas de Capital		
Reserva p/Participação em Incentivos Fiscais	16.591,74	16.591,74
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reserva de Reavaliação - Edificações	678.952,89	728.360,01
Reserva de Reavaliação - Terrenos	6.391.300,30	6.781.526,17
(-) Impostos sobre Reavaliação de Bens	(217.405,81)	(233.244,25)
AVJ - Edificações	3.045.398,92	0,00
AVJ - Terrenos	93.618.883,86	0,00
(-) Impostos sobre AVJ de Bens	(24.631.346,98)	-
TOTAL DE AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	78.885.783,18	7.276.641,93
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	69.101,29	69.101,29
Prejuízos Acumulados		
De Exercícios Anteriores	(178.202.771,70)	(137.396.656,80)
Do Exercício	(16.487.264,46)	(41.304.919,89)
Ajuste de Exercícios Anteriores.....	-	-
TOTAL DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(194.690.036,16)	(178.701.576,69)
TOTAL DO PASSIVO A DESCOBERTO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(111.218.559,95)	(166.839.241,73)
TOTAL DO PASSIVO	1.030.570.886,68	895.928.058,92

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31/12/2016

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU C.N.P.J. (MF) 45.010.071/0001-03		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	EM R\$ EM 31/12/16	EM R\$ EM 31/12/15
RECEITAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Receitas Financeiras.....	9.621.597,48	10.175.766,00
Receitas de Produção.....	0,00	0,00
Receitas de Comercialização.....	45.692,60	0,00
Receitas de Desenvolvimento Comunitário.....	0,00	0,00
Receitas na Gestão de Créditos.....	26.180.063,35	1.509.530,03
Variações Monetárias Ativas.....	36.390.893,04	41.408.254,76
Reversão de Provisões.....	1.103.233,04	2.608.904,76
SOMA.....	73.341.479,51	55.702.455,55
DESPESAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Despesas Financeiras.....	(46.351.629,53)	(50.495.029,34)
Despesas de Produção.....	-	-
Despesas de Comercialização.....	(85.747,11)	(149.895,82)
Despesas de Desenvolvimento Comunitário.....	-	-
Despesas na Gestão de Crédito.....	(743.190,72)	(717.466,60)
Variações Monetárias Passivas.....	(15.019.679,06)	(30.059.675,94)
SOMA.....	(62.200.246,42)	(81.422.067,70)
LUCRO BRUTO.....	11.141.233,09	(25.719.612,15)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Despesas de Pessoal.....	(8.697.481,63)	(7.682.375,77)
Despesas com Encargos Sociais.....	(4.460.900,71)	(2.155.657,72)
Despesas com Serviços de Terceiros.....	(1.583.950,46)	(1.541.470,53)
Despesas com Materiais.....	(152.580,59)	(132.793,03)
Despesas com Encargos Diversos.....	(2.899.002,65)	(661.648,75)
SOMA.....	(17.793.916,04)	(12.173.945,80)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS.....	(502.542,35)	(165.546,17)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO.....	(7.155.225,30)	(38.059.104,12)
OUTRAS RECEITAS.....	408.834,26	954.288,62
OUTRAS DESPESAS.....	(9.740.873,42)	(4.200.104,39)
LUCRO DO PERÍODO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	(16.487.264,46)	(41.304.919,89)
(-) Contribuição Social Sobre o Lucro.....	0,00	0,00
LUCRO DO PERÍODO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA.....	(16.487.264,46)	(41.304.919,89)
(-) Provisão para o Imposto de Renda.....	0,00	0,00
(-) Provisões Estatutárias.....	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO.....	(16.487.264,46)	(41.304.919,89)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EM 31/12/2016

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Método Indireto		
Histórico	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de Caixa da Atividade Operacional		
Lucro Líquido	(16.487.264,46)	(41.304.919,89)
(+) Ajuste de Exercício Anterior	0,00	-
(+) Depreciações	238.972,37	213.721,43
(+) Resultado Baixa de Ativo Imobilizado	(313.452,64)	(249.483,96)
(=) Lucro Ajustado	(16.561.744,73)	(41.340.682,42)
Varição dos Valores a Receber	-9.660.460,59	13.331.307,84
Varição dos Impostos a Recuperar	299.774,99	-120.064,44
Varição dos Estoques	-9.750,76	7.797,82
Varição das Despesas Antecipadas	-998,66	-2.710,78
Varição do Realizável a Longo Prazo	(54.645.247,76)	(15.757.762,21)
Varição dos Exigíveis de Curto Prazo	9.146.410,93	10.761.762,87
Varição das Provisões de Curto Prazo	-657.476,39	283.219,69
Varição das Obrigações de Longo Prazo	69.390.468,93	35.446.090,66
Varições das Provisões de Longo Prazo	1.142.742,51	-962.009,66
Varição dos Resultados Exercícios Futuros	0,00	-1.605.277,84
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.556.281,53)	41.671,53
Fluxos de Caixa da Atividade de Investimentos		
(-) Aquisição de Imobilizado	(100.742,95)	-140.581,68
Venda de Ativo Imobilizado	-	348.947,30
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(100.742,95)	208.365,62
Fluxos de Caixa da Atividade de Financiamento		
Caixa líquido utilizado nas atividades de Financiamento	-	-
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes	(1.657.024,48)	250.037,15
Caixa Inicial Período	3.617.766,87	3.367.729,72
Caixa Final Período	1.960.742,39	3.617.766,87

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO EM 31/12/2016

Geração e distribuição de riqueza e renda Distribuição por partes interessadas		
Demonstração do Valor Adicionado – DVA	31/12/2016	31/12/2015
1. RECEITAS		
1.1 Intermediação Financeira	72.238.246,47	53.093.550,79
1.2 Prestação de Serviços	-	-
1.3 Provisão p/deved duvidosos – Reversão/(constituição)	1.103.233,04	2.608.904,76
1.4 Outras	(9.332.039,16)	(3.245.815,77)
Totais	64.009.440,35	52.456.639,78
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	62.200.246,42	81.422.067,70
3. INSUMOS ADQUIRIDOS		
3.1 Materiais, energia e outros	2.812.610,87	580.720,35
3.2 Serviços de Terceiros	1.583.950,46	1.541.470,53
3.3 Perda/recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00
Totais	4.396.561,33	2.122.190,88
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	(2.587.367,40)	(31.087.618,80)
5. RETENÇÕES		
5.1 Depreciação, amortização e exaustão	238.972,37	213.721,43
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	(2.826.339,77)	(31.301.340,23)
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1 Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	(2.826.339,77)	(31.301.340,23)
9 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
9.1 Pessoal e encargos	13.158.382,34	9.838.033,49
9.2 Impostos, taxas e contribuições	502.542,35	165.546,17
9.3 Aluguéis	0,00	0,00
9.4 Juros sobre capital próprio e dividendos	0,00	0,00
9.5 Lucros retidos	(16.487.264,46)	(41.304.919,89)
9.6 Contribuição Social sobre Lucro	0,00	0,00
9.7 Imposto de Renda sobre Lucro	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO LUCROS / PREJUÍZO ACUMULADOS EM 31/12/2016

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU C.N.P.J. (MF) 45.010.071/0001-03		
Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados	31/12/2016	31/12/2015
Descrição	R\$	R\$
Saldo de Prejuízo	(178.701.576,69)	(137.581.762,29)
Mais: Realização Aj. Patrimonial	498.804,99	185.105,49
Mais: Lucro Líquido	(16.487.264,46)	(41.304.919,89)
Mais: Ajuste de exercícios anteriores	-	-
SALDO ANTES DA DESTINAÇÃO	(194.690.036,16)	(178.701.576,69)
(-) Destinação para Reserva Legal	0,00	0,00
(-) Distribuição no período	0,00	0,00
(-) Capitalização parcial do Lucro	0,00	0,00
(-) Destinação para Reserva de Lucros Retidos	0,00	0,00
SALDO DO PREJUÍZO ACUMULADO	(194.690.036,16)	(178.701.576,69)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos
Acionistas e administração da
Companhia de Habitação Popular de Bauru
Bauru-SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Habitação Popular de Bauru** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Habitação Popular de Bauru em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva**Análise do Valor Recuperável dos Ativos**

A entidade deve avaliar, na data de cada balanço patrimonial, se existe ou não qualquer evidência objetiva de que um ativo ou u grupo de ativos esteja sujeito a perda no valor recuperável, de acordo com as normas de contabilidade NBCTG01(R3) e NBCTG38(R3). Em 31 de dezembro 2016, a Administração realizou os procedimentos parcialmente aplicáveis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de redução do valor recuperável

dos ativos de Adiantamentos, Bens Imóveis Disponíveis para Comercialização, Terrenos e Imobilizado. Assim não foi possível estimar os efeitos, se houver, nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro 2016, caso tivessem sido realizadas as estimativas mencionadas.

Saldos com Sistema Habitacional

Conforme nota explicativa 3.5, está em processo de análise pelo Tesouro Nacional, operação que objetiva solucionar o problema do desequilíbrio econômico e financeiro da COHAB BAURU, entre seus recebimentos e pagamentos, impactando contabilmente nos saldos das contas. Assim não foi possível estimar os efeitos, se houver, nos saldos das contas de Prestações à Receber, Devedores por Vendas Compromissadas, Outros Valores Realizáveis a Longo Prazo, FCVS a Recolher, Empréstimos da CEF e Credores por Recursos Vinculados, e nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro 2016.

Saldos do Seguro Habitacional

Conforme nota explicativa 3.6, está em processo a depuração cadastral de aproximadamente 49.000 contratos averbados na Apólice do SH/SFH. Os valores de prêmios de seguro pagos estão sendo comparados, mês a mês, com os valores devidos, apurados na conformidade da revisão até a data de posicionamento da dívida objeto da renegociação, quando será emitido relatório de divergências que será utilizado pela Companhia na renegociação da dívida com a Seguradora, porém, diante do atraso na regulamentação por parte da CAIXA, tais diferenças não são passíveis de serem apontadas e registradas contabilmente. Assim não foi possível estimar os efeitos, se houver, nos saldos das contas de Indenizações à Receber da Seguradora e Prêmios de Seguros à Pagar nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2016, caso já tivessem sido realizadas as estimativas mencionadas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos

com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 4.27 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 16.487 mil durante o exercício findo em 31/12/2016 e, nessa data, o passivo total da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 111.218 mil. Conforme apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais em 2016 foi de R\$ 1.556 mil negativo, e a variação líquida de caixa e equivalentes, foi R\$ 1.657 mil negativa, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 4.27.2, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das

demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de Abril de 2017.

Maciel Auditores S/S
2CRC RS 5.460/O-0 - S - SP
Roger Maciel de Oliveira
1CRC RS - 71.505/O-3
Sócio Responsável Técnico

Luciano Gomes Dos Santos
1CRC RS - 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Habitação Popular de Bauru, COHAB-BAURU, abaixo assinados, tendo examinado as DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS em todas suas peças, inclusive suas NOTAS EXPLICATIVAS levantadas em 31 de dezembro de 2016, com base nas NBC's e Princípios Fundamentais de Contabilidade, consideramos regular a prestação de contas do exercício. Assim, adotando os assuntos já apontados nas NOTAS EXPLICATIVAS, sugerimos a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária dos Senhores Acionista. O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES será objeto de deliberação deste colegiado assim que findado e disponibilizado a esta Cia.

Bauru/SP, 19/04/2017.

GILBERTO APARECIDO PAISAN
Presidente

EDUARDO ABRANTES VALERIO
Membro

ARTHUR LUZIANO CORREA DE BARROS
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL - ATUALIZADO

Nós, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Habitação Popular de Bauru, COHAB-BAURU, abaixo assinados, tendo examinado as DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS em todas suas peças, inclusive suas NOTAS EXPLICATIVAS levantadas em 31 de dezembro de 2016, com base nas NBC's e Princípios Fundamentais de Contabilidade e o RELATÓRIO CONCLUSIVO DOS AUDITORES INDEPENDENTES com o qual manifestamos nossa concordância em todas suas recomendações, e consideramos regular a prestação de contas do exercício, adotando a opinião expressa no capítulo OPINIÃO das conclusões do relatório dos AUDITORES INDEPENDENTES. Assim, adotando os assuntos já apontados nas NOTAS EXPLICATIVAS e no citado RELATÓRIO, sugerimos a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas.

Bauru/SP, 15/08/2017.

GILBERTO APARECIDO PAISAN
Presidente

EDUARDO ABRANTES VALERIO
Membro

ARTHUR LUZIANO CORREA DE BARROS
Membro